

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

SUMÁRIO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

NESTOR CELSO IMTHON BUENO - Secretário

IPARDES

JOSÉ MORAES NETO

Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora do Centro de Pesquisa

SACHIKO ARAKI LIRA

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

*Diretora do Centro de Treinamento para o
Desenvolvimento*

ANÁLISE CONJUNTURAL

GILMAR MENDES LOURENÇO (*editor*)

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor assistente*)

Equipe

AGEMIR DE CARVALHO DIAS (*Sociólogo*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

CAROLINA MARTINS

LEONARDO MARCON WEBER

MONIQUE LOVERA PASTRO

(*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários*)

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO

(*normalização bibliográfica*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA

(*editoração eletrônica*)

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento

Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: ipardes@ipardes.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta
publicação, desde que citada a fonte.**

A	orientação econômica do segundo mandato <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
A	economia brasileira em 2006 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	6
A	economia paranaense no ano de 2006 <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	8
O	PIB do Paraná em 2004 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	11
R	Reforma agrária e educação <i>Agemir de Carvalho Dias</i>	13
P	Paraná – Destaques Econômicos <i>Guilherme Amorim, Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro</i>	17
E	Economia Paranaense Indicadores Seleccionados	21

A orientação econômica do segundo mandato

Gilmar Mendes Lourenço*

Tão logo encerrou-se o ciclo eleitoral, teve início, no interior do governo Lula, uma batalha pelo comando da política econômica no segundo mandato do presidente. De um lado, surgiu o trio considerado integrante da linha desenvolvimentista, formado pelos ministros Tarso Genro, Dilma Rouseff e Guido Mantega, com o primeiro decretando o desfecho da neurose antiinflacionária remanescente da era Palocci, ancorada em juros reais elevados e câmbio apreciado em regime de livre flutuação e sistema de metas.

As principais bandeiras dessa corrente repousariam na utilização de providências dirigidas à queda mais intensa das taxas de juros, núcleo do desequilíbrio fiscal, à flexibilização dos superávits primários, à implementação de medidas mais comprometidas com a subvalorização do real e a recuperação da competitividade das exportações, pelo Banco Central (BC), e ao reforço do intervencionismo estatal.

Em face da imediata desautorização do grupo heterodoxo, proferida pelo presidente depois da reconquista de um capital político superior a 58,0 milhões de votos, a ministra Dilma tentou contemporizar ao esclarecer que, nos tempos de Palocci, havia a preocupação em implementar ajustes visando derrubar a inflação do patamar de dois dígitos. Com isso, a ministra engavetou sua interpretação pretérita quando manifestou, há cerca de um ano, flagrante preferência por uma inflação superior a um dígito em troca de maior parcela de recursos para investimentos.

De outro lado, mantém-se o pensamento ortodoxo, hospedado no BC, e com atuação concentrada nos meios financeiros, preconizando, de forma persistente, a recuperação estrutural do equilíbrio nas finanças públicas – com ênfase para a contenção e reversão da desenfreada subida dos gastos primários, observada desde os anos 1990, e uma nova reforma da previdência – como requisito mínimo indispensável à diminuição mais pronunciada dos juros e à reativação dos investimentos em ampliação da capacidade produtiva.

Contudo, o presidente também não concedeu aval pleno ao time do mercado. Não obstante os dispêndios primários das três instâncias da administração pública terem crescido de 24,0% do PIB, no triênio 1991-1993, para 33,4% do PIB em 2005, o que exigiu o acréscimo de carga tributária de 26,0% para 38,0% do PIB no mesmo período, Lula negligenciou a importância de promoção de corte de gastos, alegando tratar-se de “discurso meio batido”.

Por certo, percebe-se a intensificação da discussão acerca da necessidade premente da criação de condições para a renovação da capacidade de poupança e investimento domésticos e, conseqüentemente, o retorno da expansão duradoura dos níveis de oferta, emprego e renda do país, desprovido de pressões inflacionárias. Isso deveria ocorrer em circunstâncias de manutenção e ampliação dos programas de redistribuição de renda e de diminuição da pobreza que, embora sejam categorizados como despesas correntes, constituem investimentos na construção de capital humano.

O cotejo entre as diferentes alternativas econômicas provocou o aparecimento de posições no mínimo curiosas, como aquela do senador petista Aloisio Mercadante, de linha heterodoxa, defendendo cortes nos gastos públicos, e a do ex-ministro Delfim Neto, de postura ortodoxa, amenizando a retórica de déficit nominal zero e apregoando apenas o congelamento de despesas e a elevação da produtividade do setor público.

Pelo prisma político, é inegável o amadurecimento da democracia brasileira, depois de cinco eleições presidenciais, um *impeachment* e outros constrangimentos, sem qualquer sinalização de regressão institucional. Por uma ótica estritamente econômica, fatores de oferta representados pela existência de capacidade ociosa (equipamentos, instalações e fator trabalho) constituem satisfatórias justificativas para ao menos a amenização da predominância dos interesses financeiros especulativos na gestão macroeconômica, responsáveis, em grande medida, pela sobrevalorização cambial, pelo sobrecarregamento das contas públicas e, por extensão, pela ausência de crescimento econômico.

Diga-se de passagem que mesmo com a substancial demanda por dólares, subjacente à estratégia de acumulação de reservas internacionais e de liquidação antecipada de dívidas, promovida pelo BC, o real exprime a maior apreciação dos últimos dois decênios e meio, excluindo-se o intervalo 1994-1998, caracterizado pela prática de um câmbio fixo com flutuação em bandas.

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

A subida do real pode ser imputada ao fortalecimento das relações de troca originário das elevadas cotações das *commodities*, estimuladas pelas megacompras chinesas, e à arbitragem de juros no mercado financeiro. Ressalte-se que a orientação de ampliação do estoque de reservas possui um desgaste fiscal nada desprezível, ocasionado pelos juros pagos em reais superiores à remuneração das divisas estrangeiras.

Apurações da consultoria Austin Rating mostram que o Brasil deve fechar 2006 com a 5ª menor inflação e a menor expansão econômica em um grupo de 28 países emergentes. A razão disso pode ser encontrada em pesquisa realizada pela empresa de consultoria KPMG, em uma amostra de 86 países, que revela que os tributos abocanham cerca de 34,0% das receitas brutas das empresas no Brasil, contra média de 27,0% e 28,0% para o mundo e a América Latina, respectivamente. O Brasil estaria no conjunto das 17 nações que mais cobram impostos das empresas, abaixo de nações desenvolvidas como Japão (40,7% do faturamento), EUA (40,0%) e Alemanha (38,0%), próximo de latino-americanas como Argentina (35,0%) e Colômbia (35,0%), e à frente de emergentes como Índia, China, Turquia, Rússia, México e Chile.

Em linha análoga, relatório preparado pelo Banco Mundial e pela Pricewaterhouse Coopers revela que o Brasil ocupa o último lugar em uma relação de 175 países em tempo gasto pelas companhias para o cumprimento de passivos tributários (2.600 horas). O documento aponta também que as empresas brasileiras canalizam 71,0% do lucro líquido anual para o pagamento de tributos, sendo 22,4% diretos, 42,1% incidentes sobre a folha de salários e 7,2% decorrentes de taxas e contribuições.

Ao mesmo tempo, o Relatório de Desenvolvimento Humano preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revela que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – combinação entre expectativa de vida, alfabetização, escolarização e PIB per capita – brasileiro subiu de 0,788, em 2003, para 0,792 em 2004, como efeito dos ganhos de renda derivados do programa Bolsa-Família – um agrupamento e prosseguimento, em bases ampliadas, das estratégias sociais implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso – e de outras iniciativas de transferência de renda, dada a estagnação dos indicadores sociais.

A gênese da rede de proteção social brasileira reside na Constituição de 1988

Ressalte-se que a gênese dessa espécie de rede de proteção social reside na Constituição de 1988, particularmente no conteúdo universal do capítulo dos direitos sociais, materializados mais adiante em enrijecimento de dispêndios públicos, como as vinculações dos recursos para a saúde e educação, a transferência de receitas (e não de encargos) para estados e municípios, a previdência rural, a Lei Orgânica de Assistência Social e as ações de renda mínima.

O resultado do IDH manteve o país na condição de grau de desenvolvimento médio, em um conjunto de 83 nações, sendo que os 63 países considerados de elevado desenvolvimento possuem IDH de 0,8 acima. Ainda assim, o Brasil caiu da 68ª para a 69ª posição em ranking de 177 países.

Também conforme o PNUD, o Brasil ocuparia o 10º lugar em uma relação de 126 países em desigualdade de renda, apresentando melhor situação na América do Sul apenas em relação à Bolívia e à Colômbia. No entanto, de acordo com levantamentos do Banco Mundial, em 2005, a desigualdade brasileira em apropriação de renda, aferida pelo índice de Gini, era a sétima pior entre 177 países, ficando à frente apenas da República Centro-Africana, Serra Leoa, Botsuana, Guatemala, Lesoto e Suazilândia.

Nessas circunstâncias, não constitui qualquer surpresa o registro de expansão média do PIB de 2,5% ao ano nos últimos 15 anos, praticamente igual à expansão da População Economicamente Ativa (PEA), de taxas de desemprego elevadas, de perda de participação do fator trabalho na renda gerada e de forte achatamento do poder de investimento público, depois de o país ter promovido um conjunto expressivo de reformas pró-mercado, determinadas pelo Consenso de Washington e monitoradas pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, com ênfase para a abertura, a desregulamentação, as privatizações, a geração dos superávits fiscais primários (5,32% do PIB no período janeiro-outubro de 2006 para uma meta de 4,25% do PIB) e o estancamento da hiperinflação inercial.

No final das contas, a profunda desinflação e o equilíbrio nas contas externas, conquistados e/ou consolidados nos anos recentes, e o ambiente externo adequado, delineiam a quase falta de fontes de instabilidade pelo lado da demanda. Aliás, no plano externo, construiu-se, desde o final de 2002, sensível compressão da percepção de risco da economia brasileira, por conta da obtenção de conquistas bastante expressivas.

Dentre elas sobressaem os superávits no balanço de pagamentos superiores a 1,0% do Produto Interno Bruto (PIB) que, somados ao ingresso de investimentos diretos estrangeiros (IDEs) em média de quase US\$ 15,0 bilhões por ano, ensejou a quitação antecipada de passivos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Clube de Paris e a substancial recuperação do montante de reservas internacionais em poder do Banco Central que atingiram quase US\$ 80,0 bilhões, cerca de cinco vezes superior ao patamar observado em 2002.

O superávit no mercado cambial acumulado no intervalo de tempo compreendido entre janeiro e outubro de 2006 alcançou US\$ 35,2 bilhões, representando variação de 165,0% sobre o resultado obtido em igual período de 2005, em consequência dos saldos comerciais (+US\$ 44,7 bilhões), pois o balanço financeiro (investimentos, empréstimos, viagens internacionais, juros, lucros e dividendos) foi deficitário em US\$ 9,5 bilhões.

Em igual intervalo, segundo o BC, os IDEs atingiram US\$ 13,6 bilhões contra US\$ 22,8 bilhões dos fluxos de investimentos diretos de empresas brasileiras

no exterior, 141,0% superior aos US\$ 9,47 bilhões contabilizados no mesmo período de 2004. Isso evidencia, ao mesmo tempo, a vigorosa internacionalização de algumas companhias brasileiras, com destaque para as áreas petrolífera e siderúrgica, e a menor atratividade do país como destino da inversão produtiva externa, quando comparado aos demais emergentes, em função da reduzida expansão da economia e da apreciação do real.

Contudo, ainda no plano internacional, surgem projeções de forte desaceleração da velocidade de incremento da economia dos Estados Unidos (EUA), puxada pelo expressivo desaquecimento do mercado imobiliário, e seus impactos sobre os fluxos comerciais, a liquidez e os juros internacionais, não compensados pela expansão asiática, cujas exportações, por sinal, dependem crucialmente da demanda interna norte-americana.

O PIB dos EUA cresceu apenas 1,6% no terceiro trimestre de 2006, em bases anuais, contra 2,6% no segundo trimestre, em função do pronunciado recuo dos investimentos residenciais, delineando chances de estouro da bolha imobiliária inflada a partir de 2002, não contrabalançada pela queda nos preços do petróleo, pela recuperação do mercado acionário e pelos reduzidos níveis de desemprego.

Nesse contexto, partindo do pressuposto de preservação da aliança hegemônica de sustentação do governo Lula e, por extensão, de prosseguimento do conservadorismo monetário, predominante no primeiro mandato, e que propiciou o controle da inflação e a reeleição, as hostes oficiais e/ou os mercados vêm defendendo a reversão da trajetória de elevação permanente dos dispêndios públicos correntes (remunerações dos servidores, aposentados e pensionistas e custeio da máquina) e das transferências (previdência, Bolsa-Família e seguro desemprego).

Para tanto, seria definida a fixação legal de variação inferior ao ritmo de evolução do PIB, representando o pilar de um programa de ajuste fiscal de longo prazo. Mais precisamente, haveria alteração do procedimento de correção monetária dos recursos alocados para saúde e educação, por exemplo, sem redução do montante nominal. As cifras poderiam ser atualizadas pela variação média dos preços, e os volumes, derivados das taxas de crescimento da economia, representariam haveres orçamentários sem destinação obrigatória.

Em caso de emprego desse adicional para a cobertura de encargos financeiros, ocorreria compressão da relação dívida/PIB, ensejando a adoção de medidas e instrumentos na direção da acentuação da diminuição dos juros e da cunha tributária, incidentes sobre a renda líquida disponível de famílias e empresas, da compressão do custo financeiro da dívida pública e da gradativa ampliação da destinação de recursos para empreendimentos infra-estruturais.

É oportuno sublinhar que é justamente a deterioração do aparato infra-estrutural do país, notadamente nas áreas de transporte e energia, que afasta da realidade os objetivos oficiais de alcance de taxas de crescimento do PIB entre 5,0% e 6,0% a.a. durante a

gestão 2007-2010. Ao lado do sucateamento das rodovias, da falta de preocupação com o modal ferroviário e dos riscos iminentes de apagão energético, aparecem os problemas aeroportuários, resultantes da combinação entre precária regulação e manutenção e ausência de planejamento e investimentos (pessoal e equipamentos).

A deterioração do aparato infra-estrutural do país afasta da realidade o alcance de taxas de crescimento do PIB entre 5,0% e 6,0% a.a.

A materialização de proposições dessa natureza é favorecida pela oportunidade positiva oferecida pela conjuntura inflacionária estável, em ambiente de ausência de turbulências financeiras externas. Mas, a preservação da ortodoxia macroeconômica e a indicação da perseguição da eficácia da política fiscal produziriam efeitos apenas em média e longa duração, sendo que, em curto prazo, teriam influência, na melhor das hipóteses, apenas no componente expectativas dos atores sociais. De fato, a construção de bases sólidas ao resgate do crescimento exigiria a sincronização das metas fiscais com a estratégia monetária, particularmente com a aceleração da tendência cadente dos juros reais (atualmente em 10,0% a.a., ou 13,25% a.a. em termos nominais).

A despeito de, em uma perspectiva de longo prazo, ser acertado o pensamento convencional de a redução dos juros dever ser antecedida por rigoroso corte nos gastos públicos, em longo prazo é preciso reconhecer que o ajuste nas contas públicas poderia ser beneficiado por diminuições mais encorpadas nos juros, em razão da diminuição do peso dos encargos financeiros nos gastos totais (cerca de 8,0% do PIB) e da possibilidade de uso dos recursos excedentes para a realização de investimentos públicos, atualmente limitados a 0,5% do PIB, especificamente em pesquisa e infra-estrutura, o que induziria a ascensão e a maior eficiência das inversões privadas. Em termos agregados, os recursos públicos direcionados a investimentos caíram de 2,5% do PIB, em 1995, para 1,9% em 2000 e 0,9% em 2005.

Nesse contexto, agora as polêmicas oficiais pós-eleitorais, abrangendo o já mencionado reaparecimento das disputas entre a esquerda desenvolvimentista e a ortodoxia do Banco Central, estimuladas com a retórica contra as operações de vendas de ativos estatais e a denúncia da conspiração das elites predominantes na campanha do segundo turno, o presidente dispõe, pela segunda vez, de retaguarda eleitoral que o habilita a montar um arranjo político para viabilizar alterações de rota na administração econômica, suficientes para a estruturação de um projeto de crescimento para o país.

Tal proposta poderia estar centrada na luta ferrenha pela edificação de um clima macroeconômico pró-ativo, por intermédio da revitalização contemporânea das funções do setor público (indutor, regulador, fomentador e provedor de infra-estrutura em áreas de reduzido retorno econômico e enormes ganhos sociais), do fortalecimento

do mercado interno, da menor dependência de poupança externa, da desoneração tributária, da desburocratização, da elevação da competitividade sistêmica do aparelho produtivo e da intensificação e ampliação de abrangência das iniciativas de inclusão social e de mitigação das disparidades regionais.

Parece crucial a implementação de providências que atendam aos pleitos e/ou necessidades de readequação da dimensão do Estado, recomposição das condições de investimentos públicos em infra-estrutura física – de forma antecedente às distorções provocadas pela formação de pontos de estrangulamentos – e em programas eficazes de aperfeiçoamento qualitativo do capital humano, criação de marcos regulatórios – que minimizem riscos privados e assegurem a concorrência e a proteção jurídica dos contratos –, redução da carga tributária (especialmente para o investimento, compensada mais adiante pela arrecadação adicional

oriunda do crescimento econômico) e da taxa real de juros, e racionalização das despesas governamentais por meio da eliminação dos desperdícios (dispêndios desprovidos de qualidade e custos derivados da reduzida eficiência do aparelho público).

Igualmente relevante seriam o alongamento temporal do prazo de rolagem e o barateamento do serviço da dívida pública, o restabelecimento da oferta de crédito bancário produtivo, por meio da zeragem da cunha fiscal e dos recolhimentos compulsórios, a diversificação e o fortalecimento do mercado de capitais, a revisão do funcionamento dos esquemas de poupança pública forçada (especificamente o FAT e o FGTS) e a formulação e execução de políticas públicas voltadas à elevação dos níveis de educação e de qualidade de ensino e à multiplicação de oportunidades de inovação tecnológica e de inserção externa ao capital produtivo operante no Brasil.

A economia brasileira em 2006

Gilmar Mendes Lourenço*

As estatísticas de Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro relativas ao terceiro trimestre de 2006, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmam os prognósticos correntes de que o país estaria trilhando o caminho da terceira década perdida, considerando a variável crescimento, e perdendo a chance de encaixe no maior ciclo curto de expansão da economia mundial desde o intervalo 1970-1973.

O PIB do país cresceu 2,5% entre janeiro e setembro de 2006 frente a idêntico período de 2005, com variações de 2,7% na indústria, 2,5% na agropecuária e 2,3% em serviços. Em idêntico intervalo, o PIB da China, Índia e Rússia, países que formam com o Brasil o grupo conhecido como BRICs, registrou aumento de 10,4%, 9,2% e 6,6%, respectivamente.

No setor industrial, os melhores desempenhos ocorreram em extração de minerais e construção civil (em virtude da combinação entre redução de impostos e de juros, aumento das linhas de financiamento, ciclo eleitoral e aumento da demanda reprimida), que exibiram acréscimos de 5,6% e 5,0%, respectivamente, tendo a indústria de transformação crescido apenas 1,4%. A ampliação da indústria de transformação foi puxada por máquinas para escritório e equipamentos de informática (53,7%), seguida pelas atividades extrativas (7,4%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (12,0%), alimentos (2,0%), refino de petróleo e produção de álcool (2,9%) e bebidas (6,9%). Dentre as categorias de uso, o destaque coube à produção de bens de consumo duráveis (6,3%), efeito do *mix* aumento da oferta de crédito, especialmente da modalidade em consignação, e elevação da massa de rendimentos (emprego e salário real, particularmente do salário mínimo), e de bens de capital (5,0%), resultado da reação localizada de alguns itens de investimento.

A fabricação de bens de consumo semi e não-duráveis variou 2,6%, praticamente na média da indústria geral (2,7%), fruto das majorações do valor real do salário mínimo e dos programas de transferência de renda, enquanto a de bens intermediários cresceu apenas 2,0%, em razão da saturação da capacidade produtiva de alguns insumos básicos e da prevalência do ambiente inóspito para a efetivação de novos investimentos.

A impulsão da capacidade de compra de bens de consumo leves foi também motivada pelo declínio dos preços dos produtos básicos, por conta da apreciação cambial, em face da determinação dos preços nos

mercados externos, e pela austeridade monetária baseada em juros reais elevados, ampliando custos financeiros e comprimindo a rentabilidade privada e abrindo flancos para o aumento das importações.

Em paralelo, a manutenção do fôlego de alguns ramos ligados às exportações pode ser imputada à sua utilização como válvula de escape ao ainda moderado ritmo de acréscimo da demanda interna, sendo a ausência de alterações setoriais substantivas na pauta atribuída à insuficiência de investimentos.

O fraco desempenho da agropecuária advém da combinação entre problemas climáticos (que afetaram as lavouras dos estados do Sul), precariedade das condições escoamento e insuficiência de itens de suporte da produção, notadamente crédito, seguro, preços mínimos, vigilância sanitária, assistência técnica e crescente valorização cambial.

A propósito desse último ponto, a discrepância nas cotações cambiais entre o período de plantio e colheita implicou desequilíbrios da estrutura de preços setoriais, marcados pelo acréscimo dos custos de produção (fertilizantes, defensivos etc.) e a desvalorização das cotações dos produtos finais em reais, e crise de liquidez e de endividamento dos produtores.

Pela ótica da demanda agregada, os incrementos foram de 6,0% na formação bruta de capital fixo (FBKF ou taxa de investimento), de 3,7% no consumo das famílias e de 1,9% nos gastos do governo (excluindo as transferências). Ainda nessa equação, do lado das transações com o exterior as importações exprimiram impulsão de 16,1% contra 5,3% das exportações.

A recuperação dos investimentos deve ser encarada com cautela, por estar demasiadamente concentrada nas áreas mais articuladas à construção civil, à distribuição de energia e à indústria de informática e petrolífera, e partir de uma base bastante deprimida pelos enormes custos tributários e financeiros incidentes sobre as aplicações em ativo fixo e instalações no Brasil.

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

Enquanto isso, a produção de equipamentos para a agricultura, telecomunicações e transportes exhibe rota cadente, permitindo aquilatar as perdas ocasionadas pela compressão da rentabilidade física e financeira da agricultura, e a formação e/ou perpetuação de gargalos infra-estruturais ao crescimento sustentado.

Estatísticas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) relativas ao período janeiro-setembro de 2006, em confronto com o mesmo intervalo de 2005, demonstram queda no faturamento real da indústria de bens de capital seriado e do consumo aparente de máquinas no país de 3,2% e 1,2%, respectivamente.

De outra parte, uma das âncoras do pífio aumento do PIB residiu no dispêndio público, atrelado ao cenário eleitoral, que não deve prosseguir nos próximos anos sob pena de comprometer o controle da dívida pública ou exigir novas e insuportáveis rodadas de elevações da carga tributária.

O quadro de 2006 corrobora a autêntica estagnação da produção e dos negócios, construída ao longo dos últimos vinte e cinco anos no Brasil

Essencialmente, o quadro de 2006 corrobora a autêntica estagnação da produção e dos negócios, construída ao longo dos últimos vinte e cinco anos, salvo em casos de repiques de expansão, normalmente associados ao êxito inicial de estratégias heterodoxas de estabilização de preços, e foi defendido de forma intransigente durante a gestão Lula, apesar das condições externas excepcionalmente favoráveis em matéria de preços, comércio e liquidez.

Enquanto a Argentina cresceu quase 9,0% ao ano entre 2003 e 2006, à base de câmbio depreciado, juros reais abaixo de 1,0% a.a. e inflação anual de 12,0%, a economia brasileira experimentou expansão de 2,8% a.a., juros reais acima de 10,0% a.a. e inflação de 3,0% em 2006.

Lembre-se aqui de que se um crescimento médio de 2,3% a.a. (nos últimos doze anos) pode ser considerado satisfatório para nações avançadas, nas quais o crescimento populacional é reduzido e o nível de bem-estar é elevado, em países como o Brasil sequer repõe a expansão da população economicamente ativa (PEA), deixando para trás um passivo social acumulado em décadas marcadas pela implementação de um modelo amparado na realização de três tipos de importações: das normas de consumo, dos meios de produção e dos recursos financeiros dos países desenvolvidos.

O mais gritante, porém, é a ausência de percepção dos *policy makers* tupiniquins, quanto aos constrangimentos produzidos por equívocos de diagnóstico, terapia e/ou dosagem de providências para a correção das disfunções e anomalias do sistema econômico.

Embora a taxa básica de juros tenha caído de 19,75% a.a. em setembro de 2005 para 13,25% a.a. em novembro de 2006, enquanto a taxa dos Estados Unidos subiu de 3,5% a.a. para 5,25% a.a., fazendo o hiato de juros encolher 7,75 pontos percentuais, a valorização cambial persistiu – o dólar recuou de R\$ 2,36 para R\$ 2,14 –, inibindo o desempenho exportador e oportunizando a troca de oferta doméstica por importada, penalizando fração expressiva do parque manufatureiro operante no país.

Isso é especialmente verdadeiro para os ramos leves fabricantes de calçados, tecidos, vestuário, madeira, móveis e os de maior conteúdo tecnológico, como material elétrico e equipamentos de telecomunicações. Apurações da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) demonstram que, pela primeira vez desde 1996, a parcela da produção industrial destinada ao mercado externo deixou de crescer no primeiro semestre de 2006, estagnando no patamar de 15,0%.

Ainda de acordo com a Funcex, a participação dos produtos importados nos níveis de consumo doméstico chegou a 11,5% em 2005, bastante próximo aos 11,7% acusados em 1998, ápice da primeira rodada de sobrevalorização do real. No segmento calçadista, a presença de importados nas vendas totais no mercado interno passou de 8,0%, em 1998, para 29,2% nos primeiros seis meses de 2006.

Cumprir observar que a apreciação do real advém dos superávits comerciais e da maciça entrada de capitais especulativos no país. Mais precisamente, o excepcional crescimento da economia internacional, capitaneado pela China, e a decorrente conjugação entre elevação da liquidez e redução de risco soberano e melhora das condições de solvência das nações emergentes, ao lado dos diferenciais de juros, tornam espaços financeiros como o Brasil importadores líquidos de capitais, sobretudo voláteis.

Segundo investigação feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), apenas 36,0% das empresas confirmaram a realização dos investimentos projetados para 2006, sendo que 80,0% delas supõem a disponibilidade de capacidade produtiva em níveis suficientes para o suprimento da demanda. Com teor semelhante, estudo do BNDES indica concentração de investimentos, para o período 2007-2010, em um reduzido número de grandes empresas fabricantes de bens para a exportação com menor valor agregado.

Paradoxalmente, os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE permitem constatar que os ramos intensivos em recursos naturais e escala (minério de ferro, manganês, petróleo, celulose etc.) ampliaram sua participação na renda industrial do país de 43,0%, em 1996, para cerca de 47,0% em 2004. Já os segmentos com pronunciadas economias de escala (químicos, borracha, plásticos, metalurgia e material de transporte) elevaram sua contribuição de 31,0% para 33,5%, enquanto as atividades com maior densidade tecnológica diminuíram seu peso de 14,3% para 11,2% no mesmo período.

A economia paranaense no ano de 2006

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Este texto procura descrever e analisar o comportamento da economia paranaense em 2006, tendo como base os dados disponíveis até meados do mês de novembro. A despeito da não cobertura da totalidade do exercício, é possível identificar e examinar os principais movimentos econômicos do Estado a partir das estatísticas apresentadas neste trabalho, o que exige também avaliações acerca da conjuntura nacional.

Em primeiro lugar, estima-se que o Produto Interno Bruto (PIB) estadual crescerá 1,4% em 2006, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Essa variação, abaixo da taxa de 3,0% projetada pelo Banco Central para a economia brasileira (expectativas de mercado referentes à primeira semana de novembro), é resultado das expansões de 6,3% da agropecuária e de 2,4% dos serviços, setores cujas projeções de crescimento se contrapõem à estagnação do segmento industrial (tabela 1).

TABELA 1 - PROJEÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ - 2006

SETORES	VARIAÇÕES (%)
Agropecuária	6,3
Indústria	0,0
Serviços	2,4
PIB - TOTAL	1,4

FONTE: IPARDES

O relevante incremento do produto agropecuário reflete principalmente a ampliação da safra de grãos e do abate de animais. Segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, os produtores paranaenses colheram 23,9 milhões de toneladas de grãos na temporada 2005/2006, volume que correspondeu a uma elevação de 6,2% em relação à safra 2004/2005, com destaque para o milho (produto com significativo peso no PIB agrícola), o arroz, o feijão e o café, que apresentaram acréscimos produtivos de 28,0%, 28,3%, 39,0% e 49,7%, respectivamente (tabela 2). Ademais, cabe ressaltar o aumento de 24,7% na produção de cana-de-açúcar, com salto de 28,0 milhões para 34,9 milhões de toneladas.

TABELA 2 - PRODUÇÃO DE GRÃOS, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - SAFRAS 2004/2005 E 2005/2006

PRODUTOS	PRODUÇÃO (t)		VAR. (%)
	Safra 2004/2005	Safra 2005/2006	
Algodão	78 748	27 699	-64,8
Arroz	137 050	175 845	28,3
Café	86 417	129 389	49,7
Feijão	554 670	770 922	39,0
Milho	8 545 711	10 941 954	28,0
Soja	9 535 660	9 374 855	-1,7
Trigo	2 800 094	1 755 371	-37,3
Outros Produtos	711 235	676 071	-4,9
TOTAL	22 449 585	23 852 106	6,2

FONTE: SEAB - DERAL

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Por outro lado, as quantidades colhidas de soja, algodão e trigo declinaram, respectivamente, -1,7%, -64,8% e -37,3%. Nesse último caso, pode-se atribuir a expressiva queda da produção, de 2,8 milhões de toneladas em 2004/2005 para 1,8 milhão de toneladas em 2005/2006, à prolongada estiagem e às geadas ocorridas na fase de desenvolvimento das lavouras.

Já no que se refere à pecuária, observa-se aumento na produção das carnes bovina, suína e de aves, indicando continuidade da trajetória de crescimento da atividade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram abatidos 486,3 milhões de frangos pelos frigoríficos paranaenses no primeiro semestre deste ano, o que representou variação positiva de 4,6% em comparação a igual período de 2005 (tabela 3). Na mesma direção, os abates de bovinos e suínos avançaram 2,0% e 8,4%, respectivamente, não obstante a redução das exportações.

* Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.

TABELA 3 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS - PARANÁ - JANEIRO-JUNHO 2005-2006

SEGMENTOS	ABATES (número de cabeças)		VAR. (%)
	1º Semestre de 2005	1º Semestre de 2006	
Aves	464 725 530	486 264 582	4,6
Bovinos	691 581	705 469	2,0
Suínos	1 761 906	1 909 073	8,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

Passando à avaliação do setor manufatureiro, verifica-se que a produção física da indústria de transformação do Estado recuou -3,6% nos nove primeiros meses de 2006, no confronto com o período janeiro-setembro de 2005, ficando muito abaixo da taxa de 2,7% anotada em nível nacional. Essa disparidade pode ser imputada à maior vulnerabilidade da base produtiva local aos atuais fatores de restrição do crescimento econômico, como a apreciação cambial, dadas as características da estrutura industrial do Paraná.

Entre os segmentos mais fortemente afetados pela valorização do câmbio, sobressai a indústria madeireira, que apresenta elevado coeficiente de exportação e baixa apropriação dos ganhos propiciados pela redução dos preços de importação de insumos, com declínio de -13,1% na produção física no acumulado de janeiro a setembro de 2006 (tabela 4). Nesse intervalo, as exportações estaduais de madeira compensada registraram variação de -17,9%, caindo de US\$ 368,5 milhões para US\$ 302,5 milhões, em tendência similar à das vendas externas de madeira serrada, que apresentaram queda de -11,3%, passando de US\$ 168,8 milhões em janeiro-setembro de 2005 para US\$ 149,6 milhões em idêntico período de 2006.

TABELA 4 - PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - PARANÁ - JANEIRO-SETEMBRO 2006

ATIVIDADES ECONÔMICAS	VARIAÇÃO (%) ⁽¹⁾
Indústria geral	-3,6
Indústria de transformação	-3,6
Alimentos	4,7
Bebidas	13,6
Madeira	-13,1
Celulose, papel e produtos de papel	3,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	-2,1
Refino de petróleo e álcool	1,2
Outros produtos químicos	-6,3
Borracha e plástico	15,0
Minerais não-metálicos	-5,5
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-0,7
Máquinas e equipamentos	-3,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	5,3
Veículos automotores	-22,2
Mobiliário	-3,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física

(1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Como exemplo da interferência negativa do câmbio, pode-se citar ainda o ramo de veículos automotores, cuja produção exibiu retração de -22,2%, sendo a principal responsável pelo declínio da taxa geral da indústria de transformação. Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a produção paranaense de caminhões totalizou 7.026 unidades nos nove primeiros meses deste ano, o que representou decréscimo de -13,8% em relação a igual intervalo de 2005, quando foram fabricadas 8.150 unidades.

Assim como no segmento madeireiro, a retração da produção de caminhões está diretamente relacionada à diminuição das vendas destinadas ao mercado internacional. No período em análise, as exportações somaram apenas 1.659 unidades, resultado que correspondeu a uma redução de -47,7% em comparação aos 3.172 veículos comercializados nos três primeiros trimestres do ano passado. Diante disso, não há dúvida quanto às restrições impostas ao crescimento da renda industrial pela taxa de câmbio, que atualmente encontra-se, em termos reais, no mais baixo patamar desde a implementação do regime de livre flutuação, em janeiro de 1999.

Adicionalmente à questão cambial, sabe-se que a fraca performance da indústria de veículos automotores deriva também de estratégias empresariais específicas, que incluíram a transferência de linhas de produção para outros estados. De forma mais detalhada, o deslocamento da linha de montagem do Volkswagen Fox Europa de São José dos Pinhais (PR) para São Bernardo do Campo (SP), efetuado em meados de 2005, contribuiu para a queda da produção física setorial no presente exercício, apesar do movimento ascendente das vendas de automóveis no mercado interno.

Em oposição aos segmentos acima citados, foram registrados significativos resultados pelas indústrias de papel e celulose, alimentos, material elétrico e borracha e plástico, responsáveis por aumentos de, respectivamente, 3,0%, 4,7%, 5,3% e 15,0% na produção no acumulado janeiro-setembro de 2006. Em relação ao ramo alimentício, houve pronunciada participação da produção de açúcar e óleo de soja refinado no crescimento setorial, devido principalmente à crescente demanda externa.

Nessa área, constata-se que as exportações totais do Paraná alcançaram o valor de US\$ 8,3 bilhões nos dez primeiros meses deste ano, significando redução de -0,4% em comparação a janeiro-outubro de 2005 (tabela 5). A trajetória inversa à das vendas externas nacionais (crescimento de 17,3%) decorre da participação pouco expressiva de alguns produtos dinâmicos na pauta da exportação estadual, mas que são representativos no comércio exterior brasileiro, como os minérios metalúrgicos e o petróleo e seus derivados.

Mesmo assim, as exportações de alguns segmentos vêm apresentando notáveis taxas de crescimento, compensando parcialmente os resultados negativos dos setores líderes. Entre os ramos econômicos em expansão, destacam-se papel e celulose, produtos químicos, açúcar e cereais, com variações de 16,3%, 17,7%, 57,9% e 450,8%, respectivamente, nas vendas externas. Tais

percentuais se contrapõem aos números anotados pelos complexos soja, material de transporte, madeira e carnes, que exibiram quedas de -11,7%, -15,5%, -2,2% e -26,7%.

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO-OUTUBRO 2005-2006

GRUPOS DE PRODUTOS	EXPORTAÇÕES (US\$ FOB)		VARIACÃO (%)
	Jan.-Out. 2005	Jan.-Out. 2006	
Complexo soja	1 939 905 478	1 712 396 096	-11,7
Material de transporte e componentes	2 024 780 399	1 709 999 233	-15,5
Madeiras e manufaturas de madeira	921 337 065	901 511 075	-2,2
Complexo carnes	1 083 002 747	794 118 106	-26,7
Máq., aparelhos e inst. mecânicos	439 703 407	448 137 264	1,9
Cereais	62 515 646	344 358 689	450,8
Açúcar	185 840 150	293 431 586	57,9
Produtos químicos	208 789 345	245 727 125	17,7
Papel e celulose	208 330 812	242 288 731	16,3
Outros grupos de produtos	1 212 930 408	1 560 332 061	28,6
TOTAL	8 287 135 457	8 252 299 966	-0,4

FONTE: MDIC - SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Pelo lado das importações, foi contabilizado aumento da ordem de 28,6% no acumulado do período janeiro-outubro de 2006 (tabela 6), sobressaindo os ramos de produtos têxteis (ampliação de 33,7%), produtos metalúrgicos (37,6%), cereais (62,4%) e derivados de petróleo (136,9%). Como se sabe, a evolução das importações paranaenses está ligada à variável cambial, havendo ainda, em alguns casos, forte influência por parte da elevação dos preços internacionais.

TABELA 6 - IMPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO-OUTUBRO 2005-2006

GRUPOS DE PRODUTOS	IMPORTAÇÕES (US\$ FOB)		VARIACÃO (%)
	Jan.-Out. 2005	Jan.-Out. 2006	
Derivados de petróleo	455 811 680	1 080 018 194	136,9
Produtos químicos	765 986 704	965 534 068	26,1
Material de transporte e componentes	775 083 347	896 478 868	15,7
Máq., aparelhos e inst. mecânicos	559 110 737	523 701 697	-6,3
Materiais elétricos e eletrônicos	360 347 342	382 372 086	6,1
Produtos metalúrgicos	128 474 674	176 797 072	37,6
Inst., aparelhos de ótica e de precisão	121 282 948	113 601 694	-6,3
Papel e celulose	82 124 131	97 722 545	19,0
Cereais	51 385 404	83 438 580	62,4
Produtos têxteis	39 058 627	52 220 576	33,7
Outros grupos de produtos	441 123 036	488 703 649	10,8
TOTAL	3 779 788 630	4 860 589 029	28,6

FONTE: MDIC - SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Já no que tange ao desempenho do comércio varejista, nota-se crescimento de 2,4% do volume de vendas até o mês de setembro, de acordo com dados do IBGE. O avanço do *quantum* setorial foi determinado principalmente pelas vendas dos supermercados e hipermercados, segmento que registrou expansão de 4,9% nos nove primeiros meses deste ano e que responde por considerável peso relativo na renda do comércio. Além do ramo supermercadista, merecem

destaque os estabelecimentos dedicados à comercialização de móveis e eletrodomésticos e de materiais de informática e comunicação, que contabilizaram acréscimos de, respectivamente, 10,3% e 51,4% no volume físico das vendas (tabela 7).

TABELA 7 - VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA - PARANÁ - JANEIRO-SETEMBRO 2006

SEGMENTOS	VARIACÃO (%) ⁽¹⁾
Combustíveis e lubrificantes	-16,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,1
Hipermercados e supermercados	4,9
Tecidos, vestuário e calçados	-1,6
Móveis e eletrodomésticos	10,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-4,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	51,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	15,3
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	2,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

(1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por fim, no que diz respeito à geração de empregos, comprova-se a manutenção da tendência de crescimento das ocupações formais no Estado. Conforme informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados 105.251 empregos com carteira assinada no período janeiro-outubro de 2006 (tabela 8), o que garantiu ao Paraná a terceira colocação entre as unidades da federação.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ - JANEIRO-OUTUBRO 2006

SETORES	SALDO (número de vagas)
Agropecuária	9 080
Indústria	36 020
Construção Civil	7 692
Comércio	16 517
Serviços	35 942
TOTAL	105 251

FONTE: MTE - CAGED

Na desagregação por setores de atividade econômica, observa-se a liderança do segmento industrial, com a geração de 36.020 postos de trabalho. A seguir, surgem os serviços, o comércio e a agropecuária, que registraram, respectivamente, 35.942, 16.517 e 9.080 novos empregos em nível estadual.

O PIB do Paraná em 2004

Gilmar Mendes Lourenço*

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou recentemente os resultados das contas regionais do país para o exercício de 2004, particularmente o Produto Interno Bruto (PIB) das unidades federativas, fruto de esforços conjuntos realizados por aquela instituição e as principais entidades estaduais dedicadas à produção de estatísticas e pesquisas socioeconômicas, visando à uniformização dos procedimentos metodológicos de mensuração e à comparabilidade dos agregados econômicos subnacionais.

Um apanhado sintético das apurações publicadas pelo IBGE permite observar alguns componentes do comportamento da economia paranaense no referido ano. O PIB do Estado cresceu 3,2%, contra média nacional de 4,9%, atingindo a cifra de R\$ 108,7 bilhões e R\$ 10.725,0 per capita, 10,2% superior à média nacional (R\$ 9.729,0). Com isso, a participação do Paraná na geração de renda interna brasileira registrou moderado decréscimo de 6,4% em 2003 para 6,2% em 2004, acompanhando a tendência observada pelas unidades mais industrializadas do país.

Tome-se como exemplo os casos de Santa Catarina, que manteve a contribuição de 4,0%, do Rio Grande do Sul, que recuou de 8,2% para 8,1%, de Minas Gerais, que ampliou de 9,3% para 9,4%, e do Rio de Janeiro, que subiu de 12,2% para 12,6%, por conta da maturação dos investimentos em petróleo. O maior declínio de participação foi experimentado por São Paulo: de 31,8% para 30,9%.

A estrutura produtiva diferenciada da nacional fez a economia paranaense sentir, de forma mais intensa, as agruras do agronegócio e da política macroeconômica em 2004

Na verdade, em 2004, o Paraná, por ainda dispor de uma estrutura produtiva diferenciada da nacional, começou a sentir as agruras geradas pela instabilidade das cadeias produtivas ligadas ao setor primário e pela política macroeconômica orientada para a valorização da taxa de câmbio. Tais constrangimentos passaram a

ofuscar os fatores determinantes do dinamismo construídos desde 2003, sintetizados no binômio formado pelas exportações e pelo agronegócio, impulsionado pela recuperação da economia mundial (ancorada na demanda norte-americana e chinesa), pela elevação das cotações das *commodities* por alguns estímulos de natureza tributária e tarifária, concedidos pelo governo estadual, visando à redução de custos e ao aumento das compras de insumos dentro do Estado.

Especificamente o PIB da agropecuária paranaense decresceu 3,3% em 2004, contra expansão de 3,0% do brasileiro, puxado pelas reduções das safras de milho, soja, trigo e feijão, em consequência de problemas climáticos. Frise-se que, como a base de comparação, o ano de 2003, foi de produção recorde de grãos no Estado, a colheita de 2004 representou, na prática, o retorno aos satisfatórios níveis de 2002. Em contrapartida, a pecuária exibiu performance positiva, impulsionada pelos abates de aves e de bovinos, dirigidos preferencialmente ao mercado externo.

Em 2004, o incremento da produção industrial do Paraná (10,1%) foi o sexto maior entre os treze estados brasileiros pesquisados mensalmente pelo IBGE, empatado com a Bahia e atrás de Amazonas, Ceará, Santa Catarina e Pará. A evolução do parque manufatureiro pode ser atribuída ao setor externo, apesar da apreciação da taxa de câmbio, liderado pelas vendas dos produtos do complexo soja e dos segmentos de material de transporte, madeira e carnes.

A variação só não foi maior devido ao fato de a Refinaria da Petrobrás de Araucária, que responde por mais de 1/4 do valor adicionado industrial do Estado, ter interrompido a produção durante 56 dias para a realização de revisão técnica, entre abril e junho de 2004, episódio que normalmente acontece a cada cinco anos, buscando a melhoria da eficiência dos processos produtivos.

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

Mas, o ano de 2004 pode ser considerado o último suspiro. Estatísticas alternativas e/ou parciais para 2005 e 2006 atestam que a base produtiva do Paraná vem sendo vitimada pelo entrelaçamento de alguns fatores negativos, sintetizados na queda de rendimento físico e financeiro do agronegócio e nos efeitos da persistência do viés monetarista/tributarista na gestão macroeconômica do país.

Mais precisamente, a combinação entre a ocorrência de distorções climáticas (secas) por três safras consecutivas, o declínio dos preços internacionais das

commodities agrícolas, o aparecimento, a propagação ou os reflexos de problemas fitossanitários (febre aftosa e ameaça da gripe do frango asiática) e o câmbio defasado retiraram expressiva capacidade de geração de renda dos ramos ligados direta e indiretamente ao setor primário regional.

Ademais, o atraso cambial, resultante da prática de juros reais elevados dirigida ao atendimento dos objetivos de manutenção das metas de inflação, e a elevada carga tributária incidente sobre as empresas e consumidores, vêm inibindo a capacidade competitiva e as decisões de investimentos das empresas.

Reforma agrária e educação

Agemir de Carvalho Dias*

A Reforma Agrária, quando pensada como política de desenvolvimento econômico, insere-se em uma lógica que se contrapõe à do *agribusiness*. A tese de que o Brasil caminha rapidamente para um processo inexorável de urbanização coloca a distribuição de terras como um anacronismo, em que a mesma não cumpre os seus objetivos sociais e, de certa forma, atrapalha o desenvolvimento econômico do país. O conceito de desenvolvimento é medido, nesse caso, por critérios como crescimento do PIB, aumento da renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico etc. Esse desenvolvimento só seria possível com o aumento da economia de escala.

A política de Reforma Agrária no Brasil contesta a idéia de urbanização irreversível, questionando o próprio conceito de urbanização, e defendendo a tese de que os habitantes residentes nas sedes da maioria dos municípios brasileiros participam de uma *economia rural*. Nesse caso, o desenvolvimento se encontra em uma interação que vai além do crescimento econômico pensado a partir de indicadores de renda ou de produtividade e contempla outros fatores que contribuem para a qualidade de vida, como a saúde e a educação. Nesse modelo, a chave do desenvolvimento está no empreendedorismo familiar, que constitui o núcleo da dinâmica econômica.

Com a transformação da Reforma Agrária em política pública, novos desafios se impõem para as diversas esferas do Estado e para os movimentos sociais ligados ao problema da terra. Entre eles está a sustentabilidade dos assentamentos, a relação com a agroindústria, o financiamento da agricultura familiar e a capacitação dos assentados.

A capacitação dos assentados tornou-se uma questão central para o sucesso da Reforma Agrária no Brasil. A desconcentração da terra cumpre diversos objetivos, como a criação de empregos, crescimento do mercado interno com o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas, melhoria da qualidade de vida, redução da imigração rural-urbana e estabilidade familiar. Contudo, para o cumprimento desses objetivos é necessário o investimento na educação do assentado e do trabalhador rural.

Os próprios movimentos sociais já perceberam a importância estratégica da educação na formação do trabalhador rural. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tem um setor de educação, que mantém projetos nos acampamentos em convênio com as

secretarias estaduais e municipais de educação e com organizações não-governamentais. Recentemente, o MST construiu em Guararema, São Paulo, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), a chamada “Universidade do Sem Terra”. Hoje, a ENFF é considerada estratégica para o MST no sentido de preparar os militantes do movimento e capacitar os assentados para os desafios da produção.

Segundo Veiga (2001), falta um “empurrão” para que o desenvolvimento baseado na agricultura familiar se torne algo concreto e viável. Faltam articulações intermunicipais e diagnósticos dos principais problemas rurais nas regiões e planejamento de ações de desenvolvimento integrado.

O Paraná contava, em 2004, com 14.618 famílias assentadas em projetos da reforma agrária e com 16.497 famílias acampadas esperando ser assentadas, segundo o Atlas de Territórios Rurais, elaborado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). Cerca de 300.000 hectares de terra foram utilizados para 260 assentamentos de trabalhadores rurais no Estado no período de 1985 a 2001.

Numa análise espacial dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária no Paraná, percebe-se que estes se encontram em um eixo de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – figuras 1 e 2. Antes de pensar em uma situação de causa e efeito, segundo a qual o IDH seria baixo em razão dos assentamentos e acampamentos, deve-se entender esse quadro como uma possibilidade de desenvolvimento a partir da agricultura familiar.

No meio rural brasileiro, 26% da população não é alfabetizada. No Estado do Paraná, 12% da população rural é de não-alfabetizados, conforme dados de 2005 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os melhores índices de qualidade de vida dos assentamentos se encontram na Região Sul do Brasil, segundo Spavorek (2003, p.96), e o fator educação é um dos aspectos ponderados. Spavorek elaborou o índice de qualidade de vida dos assentamentos integrando indicadores referentes às condições de moradia, acesso aos serviços de educação e acesso aos serviços de saúde.

*Sociólogo, técnico da equipe permanente desta publicação.

Segundo o Censo da Reforma Agrária 2002, em 22% dos assentamentos do Paraná menos da metade das crianças em idade escolar freqüentava a escola fundamental, e em 50% todas as crianças freqüentavam o ensino fundamental no Paraná. Já em relação aos adolescentes, verificou-se que em 81% dos assentamentos mais da metade dos jovens em idade de freqüentar o ensino médio está fora da escola (SPAVOREK, 2002).

Tome-se como exemplo o município paranaense com o maior número de famílias assentadas em projetos da Reforma Agrária, Rio Bonito do Iguaçu, com 1.429 famílias e 198 famílias acampadas (BARRETO, 2004). Todas as famílias assentadas com crianças em idade escolar têm acesso à escola, tanto de ensino fundamental quanto de ensino médio (SPAVOREK, 2002). Os indicadores de educação do município mostram-se superiores aos de outras cidades da região. O resultado alcançado por Rio Bonito do Iguaçu na Prova Brasil, que avaliou o ensino fundamental em 2005, apresentou valores acima da média brasileira e da média estadual, atingindo a média de 191,71 na disciplina de língua portuguesa para a 4ª série do ensino fundamental e 233,61 para a 8ª série. Em matemática, as

médias foram de 199,03 para a 4ª série e de 260,42 para a 8ª série (tabela 1).

A mesma performance na Prova Brasil não ocorreu em outras cidades em que a presença de assentados era maior do que 250 famílias (tabela 2). A maioria dessas cidades ficou abaixo da média do Estado, tanto em português quanto em matemática.

O governo federal, desde 1998, adota políticas públicas voltadas para a educação do homem no campo. Com a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), ligado ao Incra, mecanismos de democratização do conhecimento no campo estão sendo implementados utilizando metodologias voltadas para o seu desenvolvimento. Políticas como o Pronera recriam a idéia de educação no campo a partir de uma renovação de valores e atitudes, com a implementação de conhecimentos e nova consciência de pertença à terra. Nesse caso, a terra é pensada como um direito social e possibilita uma organização social e econômica voltada para a perspectiva de desenvolvimento. Assim, a escola deve estar próxima do trabalhador rural e da sua família e o currículo deve seguir a diretriz do campo como produtor de cultura.

TABELA 1 - RESULTADOS DA PROVA BRASIL EM RIO BONITO DO IGUAÇU - BRASIL, PARANÁ E RIO BONITO DO IGUAÇU - 2005

LOCALIDADE	PORTUGUÊS		MATEMÁTICA	
	4ª Série do Ensino Fundamental	8ª Série do Ensino Fundamental	4ª Série do Ensino Fundamental	8ª Série do Ensino Fundamental
Brasil	172,91	222,63	179,98	237,46
Paraná	180,62	227,09	191,55	247,43
Rio Bonito do Iguaçu	191,71	233,61	199,03	260,42

FONTE: MEC-INEP

TABELA 2 - RESULTADOS DA PROVA BRASIL - BRASIL, PARANÁ E MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 2005⁽¹⁾

LOCALIDADE	PORTUGUÊS		MATEMÁTICA	
	4ª Série do Ensino Fundamental	8ª Série do Ensino Fundamental	4ª Série do Ensino Fundamental	8ª Série do Ensino Fundamental
Brasil	172,91	222,63	179,98	237,46
Paraná	180,62	227,09	191,55	247,43
Querência do Norte	176,01	225,00	186,24	244,82
Ortigueira	169,79	223,22	172,33	239,12
Mangueirinha	184,10	232,03	199,09	252,10
Marmeleiro	192,25	232,99	202,42	262,28
Bituruna	184,43	229,43	195,8	249,67
Honório Serpa	163,44	212,19	180,51	237,55
Palmas	169,35	232,27	177,19	243,92
Guarapuava	178,48	234,02	192,06	252,16
São Jerônimo da Serra	174,37	208,44	176,47	228,21
Ibaiti	178,06	228,15	192,77	247,18
Santa Maria do Oeste	166,25	224,55	169,42	232,16
Goioxim	162,65	212,23	175,06	231,08
Laranjal	146,79	214,14	159,67	223,90
Coronel Domingos Soares	163,33	213,19	174,59	218,73
Palmital	164,12	255,15	173,06	227,42
Teixeira Soares	187,17	234,07	208,16	259,22

FONTE: MEC - INEP

(1) Municípios com mais de 250 famílias em projetos de assentamento da Reforma Agrária.

O Ministério da Educação e Cultura estabeleceu algumas diretrizes para a educação no campo através do seu Grupo Permanente de Trabalho de Educação no Campo. As principais sugestões foram: a) ações articuladas de educação entre as diversas esferas de governo e os movimentos sociais e organizações não-governamentais; b) garantia de acesso à educação de qualidade, com respeito às diferenças regionais e igualdade de oportunidade de estudo; c) a terra e o seu uso como o centro do conhecimento ensinado; d) projetos de educação continuada; e) a participação do homem do campo no direcionamento e na gestão da educação; f) investimento na capacitação do professor que atua no meio rural.

Considerando que um dos problemas da educação no campo é o acesso do aluno à escola, o MEC propõe que todos os assentamentos tenham a sua escola de ensino fundamental e que o aluno não leve mais do que uma hora de deslocamento para chegar até ela. Apenas 30% dos assentamentos contavam com escolas de ensino fundamental em 2002 no Paraná, mas em 75% deles o deslocamento até a escola não demorava mais que uma hora (SPAVOREK, 2002). Somente em três assentamentos não havia escolas de ensino fundamental e nas proximidades.

Com relação ao acesso ao ensino médio, apenas dois assentamentos contavam com este nível de ensino dentro do projeto. Contudo, 85% dos assentamentos estavam a menos de duas horas da escola de ensino médio, em conformidade com as recomendações do MEC.

Ainda com relação ao acesso à escola, segundo dados do Censo da Reforma Agrária em 85% dos assentamentos há transporte escolar para os estudantes da escola de ensino fundamental e de ensino médio.

Um outro problema é o da evasão escolar no meio rural. Em Rio Bonito do Iguaçu, a evasão escolar é inexistente entre as crianças que cursam até a 4ª série, e de 2,4% entre as que estudam da 5ª à 8ª série. Esse número está abaixo da média estadual, que alcança taxa de evasão de 5,6% da 5ª à 8ª série, e da média

nacional, com 11,2%, segundo o MEC. Mas a situação de Rio Bonito de Iguaçu não se repete em outros municípios com assentamentos. Levando em conta os municípios com assentamentos com mais de 250 famílias, têm-se índices de evasão escolar acima da média do Estado em cerca de 88% dos municípios para as crianças de 1ª a 4ª série, e de 70% nas séries de 5ª a 8ª (tabela 3).

TABELA 3 - ÍNDICE DE EVASÃO ESCOLAR - BRASIL, PARANÁ E MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 2005⁽¹⁾

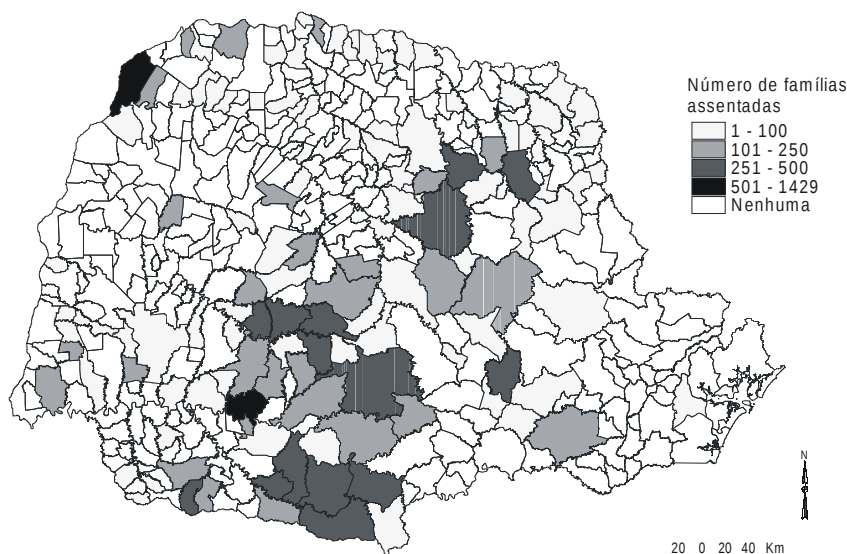
LOCALIDADE	ÍNDICE DE EVASÃO ESCOLAR	
	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série
Brasil	4,4	11,2
Paraná	0,8	5,6
Querência do Norte	1,5	2,9
Ortigueira	2,7	3,9
Mangueirinha	2,4	3,8
Marmeleiro	2,2	6,4
Bituruna	0,5	4,9
Honório Serpa	2,9	7,1
Palmas	5,1	11,2
Guarapuava	1,4	5,4
São Jerônimo da Serra		28,9
Ibaiti	3,2	11,7
Santa Maria do Oeste	0,6	7,0
Goioxim	0,9	10,0
Laranjal	6,9	19,1
Coronel Domingos Soares		6,2
Palmital	2,1	10,6
Teixeira Soares	1,3	5,8

FONTE: MEC-INEP

(1) Municípios com mais de 250 famílias assentadas em projetos da Reforma Agrária.

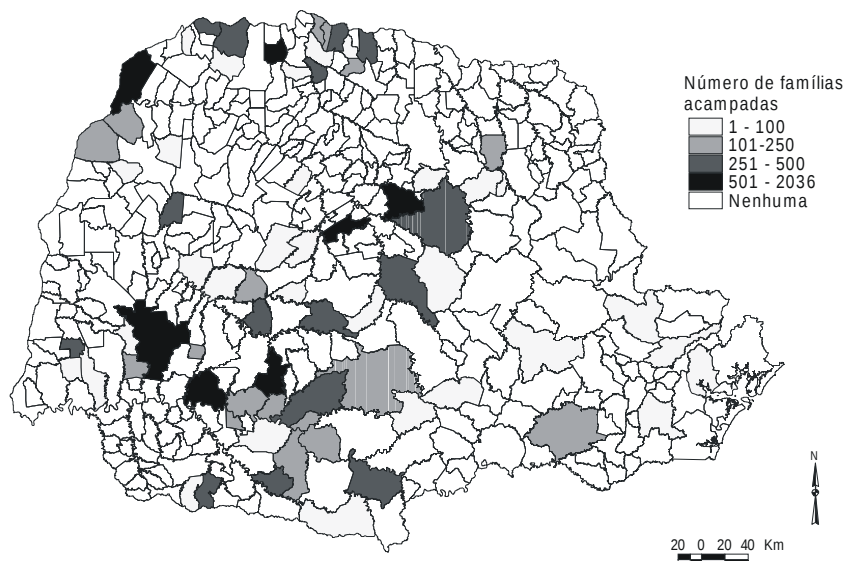
O exemplo de Rio Bonito do Iguaçu mostra que a Reforma Agrária pode cumprir os seus objetivos, principalmente no que diz respeito à educação no campo. Mas, ainda há muito a ser feito para que a Reforma Agrária atenda às suas metas de desenvolvimento, tendo como eixo as famílias dos trabalhadores rurais. A educação é central na implementação dessa política.

FIGURA 1 - MUNICÍPIOS COM FAMÍLIAS ASSENTADAS EM PROJETO DA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: Barreto (2004)

FIGURA 2 - MUNICÍPIOS COM FAMÍLIAS ACAMPADAS ESPERANDO PARA SER ASSENTADAS EM PROJETO DA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: Barreto (2004)

Referências

BARRETO, Alberto (Coord.). **Atlas Territórios Rurais, 2004** (Banco de dados). Piracicaba: ESALQ/USP; Brasília: MDA, 2004. In: CONSÓRCIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. *Pesquisa de informações/Agrário*. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

SPAROVEK, Gerd. **Censo da Reforma Agrária, 2002: Módulo Projetos** (Banco de dados). Piracicaba: ESALQ-USP; Brasília: MDA; Rio de Janeiro: IBGE, 2002. In: CONSÓRCIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. *Pesquisa de informações/Agrário*. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

SPAVOREK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em: 31 out. 2006.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP/IEA, v. 15, n. 43, p. 101-119, set./dez. 2001.

Paraná - Destaques Econômicos*

Guilherme Amorim**, Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pasto***

AGROPECUÁRIA

Governo federal libera recurso para a soja

O governo federal está liberando R\$ 1 bilhão para os estados para auxiliar antecipadamente a comercialização da soja na safra 2006/2007. Esse recurso é proveniente do Plano Agrícola e Pecuário de 2006/2007.

A verba será gasta em leilões que procurarão impedir a queda acentuada da cotação da soja no período de fevereiro a junho, quando a oferta é mais acentuada. Essa medida do governo visa facilitar o acesso dos produtores ao crédito rural e garantir o preço mínimo aos agricultores.

O Centro-Oeste será a região mais beneficiada, devido a problemas com infra-estrutura. O Plano também auxiliará o Paraná com os repasses.

SALVADOR, Fabíola. Governo libera R\$ 1 bilhão para a soja. **O Estado de S. Paulo**, 2 nov. 2006. Economia, p.B8.

COMERCIALIZAÇÃO da soja. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 2 nov. 2006. p.28.

GOVERNO libera R\$ 1 bilhão para comercialização da soja. **Folha de Londrina**, 2 nov. 2006. Economia, p.4.

MP libera R\$ 1 bilhão à soja. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 nov. 2006. p.21.

AGROINDÚSTRIA

Faturamento da Cocamar diminui com crise no campo

A Cooperativa Agroindustrial de Maringá (Cocamar) vem registrando queda na receita nos últimos anos em virtude da crise no campo que atingiu o Estado nas duas últimas safras, provocadas pela seca, pelo câmbio desfavorável e pelas suspeitas de febre aftosa no Paraná. Depois de faturar R\$ 1,2 bilhão em 2004 e R\$ 958 milhões em 2005, é prevista receita de R\$ 870 milhões para 2006.

A Cocamar, formada por 6,6 mil cooperados, é, entre as cooperativas paranaenses, a que está mais voltada para o varejo. Seus produtos industrializados têm como destino os mercados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além da exportação, que corresponde a 7% da produção.

CARNIERI, Helena. Crise reduz faturamento da Cocamar em 2006. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 nov. 2006. p.21.

Bunge compra a paranaense Soceppar

A multinacional Bunge comprou a Sociedade Cerealista Exportadora de Produtos Paranaenses (Soceppar), que opera no Porto de Paranaguá.

Com 150 funcionários, a paranaense Soceppar realiza armazenagem e embarque de grãos sólidos de origem agrícola – milho, soja, açúcar e farelos – e tem capacidade estática de armazenagem de 210 mil toneladas.

BERTOLDI, Andréa. Bunge compra a Soceppar em Paranaguá. **Folha de Londrina**, 11 nov. 2006. Economia, p. 3.

Globoaves negocia *joint venture*

A Tyson Foods, maior processadora de carnes do mundo, está negociando uma *joint venture* com a Globoaves, de Cascavel. A negociação está em processo de “due diligence”, e o aporte da americana deverá chegar a R\$ 70 milhões.

A transação envolve uma fábrica arrendada pela paranaense, que irá a leilão e deve ser arrematada por R\$ 24 milhões. Será criada uma nova empresa, que reunirá também uma fábrica de ração, localizada em Toledo, e os criadores de frangos para abate integrados na cadeia de produção.

O novo empreendimento terá participação entre 55% e 65% da Tyson.

SCARAMUZZO, Mônica. Tyson mais perto de acordo com Globoaves. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 nov. 2006. Agronegócios, p.B12.

LONDRES, Mariana. Globoaves deve fechar sociedade com grupo americano até janeiro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 nov. 2006. p.19.

TYSON Foods negocia *joint venture* no País. **O Estado de S. Paulo**, 14 nov. 2006. Negócios, p.B10.

*Elaborado com informações disponíveis entre 31/10/2006 até 30/11/2006.

**Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

Associação de produtores recebe fábrica de rações

A Associação Vida Nova, formada por vinte produtores rurais de um distrito de Ribeirão Claro, no Norte Pioneiro, receberá uma fábrica de ração animal.

Do valor total do investimento, cerca de R\$ 110 mil, R\$ 49 mil já foram liberados pelo Ministério de Minas e Energia, R\$ 39 mil serão repassados pela prefeitura e R\$ 5 mil virão da Emater, cabendo aos associados o restante do investimento. A matéria-prima será fornecida pelos próprios associados, que também comporão o quadro funcional inicial.

A fábrica, que tem inauguração prevista para abril de 2007, produzirá uma tonelada de ração a cada oito minutos e deverá atender inicialmente os produtores da localidade. Posteriormente prevê-se a comercialização dos grãos através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

PARCERIA viabiliza fábrica de rações. **Folha de Londrina**, 14 nov. 2006. Economia, p.4.

INDÚSTRIA

Cristófoli forma pólo biotecnológico em Campo Mourão

A Cristófoli Equipamentos de Biosegurança, fabricante de aparelhos médico-odontológicos de Campo Mourão, mantém a Fundação Educere de Pesquisa e Desenvolvimento, que atua como incubadora de empresas na área de biotecnologia.

A Educere, que conta com seis funcionários, participou da criação de doze empresas de biotecnologia com alto teor tecnológico agregado, que juntas faturam anualmente R\$ 7,3 milhões e geram 90 empregos diretos na região.

O projeto foi reconhecido pela Confederação Nacional da Indústria, que concedeu a Cristófoli o Prêmio Parcerias para Inovação Tecnológica em 2005, na modalidade universidade-empresa.

A meta agora é o reconhecimento como Arranjo Produtivo Local (APL), o que traria benefícios como o apoio de instituições externas e maior capacidade de divulgação. Para atingir esse *status*, estima-se que sejam necessários investimentos de R\$ 12 milhões até o ano de 2011.

NUNES, Eduardo. Cristófoli dissemina a excelência na área de biomédicas no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 out. 2006. Inovação e Competitividade, p.F2.

Entran fabrica produto desenvolvido pelo Lactec

A Entran Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos, localizada em Curitiba, está produzindo desde o final de 2005 um sistema de protetores catódicos de grelhas para os pés das torres de transmissão de energia elétrica, evitando a corrosão e triplicando, desta forma, a vida útil das torres.

O produto foi desenvolvido pelo Lactec - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento, que passou mais de 12 anos pesquisando alternativas para o problema de corrosão nas torres de transmissão e recebe *royalties* pelo uso da tecnologia.

A Entran emprega 40 pessoas e fatura anualmente cerca de R\$ 2 milhões. A meta agora é atingir outros estados e demais países da América Latina e Central, territórios onde a venda do produto já está em negociação.

CEZAR, Genilson. Inventividade e persistência para ganhar mercados. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 out. 2006. Inovação e Competitividade, p.F4.

Indústrias paranaenses são premiadas na CNI

A edição de 2006 do Prêmio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizado em Brasília, trouxe ao Paraná quatro premiações.

A Electrolux do Brasil S/A, localizada em Curitiba, ganhou o segundo lugar na categoria *Design*, modalidade Grande e Média Indústria, com o *layout* de refrigeradores de uma porta e de lavadoras de roupa. Na mesma categoria, porém na modalidade Micro e Pequenas Indústrias, o segundo lugar foi para a Bioaccess Tecnologia em Biometria Ltda, localizada na capital, pelo desenho de seus equipamentos de identificação biométrica.

Também de Curitiba, a Entran Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos ficou com o segundo lugar na categoria Inovação, Qualidade e Produtividade, entre as Micro e Pequenas Indústrias. A premiação deu-se pela criação de um sistema de combate a processos corrosivos nas fundações de torres de linha de transmissão.

Finalmente, a Klabin, de Telêmaco Borba, recebeu o terceiro lugar na categoria Desenvolvimento Sustentável, modalidade Grande e Média Indústria, por ações que respeitam o meio ambiente e a comunidade.

MENEZES, Fabiane Ziolla. Quatro indústrias do Paraná ganham prêmio nacional. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 nov. 2006. p.20.

Racco apresenta nova fábrica

A empresa Racco Cosméticos, de Curitiba, apresentou sua nova fábrica, que será inaugurada em dezembro e diversificará sua produção ao fabricar alimentos. A Racco também lançou 12 produtos durante sua convenção estadual, realizada na capital do Estado.

Com 300 funcionários em sua unidade de cosméticos e perfumes, a empresa figura como a terceira maior rede do setor de vendas porta-a-porta do Brasil, contando com um quadro de cerca de 150 mil consultores em atividade.

RACCO vai produzir alimentos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 nov. 2006. p. 23.

Femsa investe R\$ 1 milhão em nova linha

Em resposta à crescente demanda de chope no Paraná, a Femsa Cerveja Brasil instalou uma nova linha com envase de *kegs* (barris) de 30 e 50 litros na fábrica de Ponta Grossa. O novo equipamento com tecnologia italiana pode envasar 100 barris por hora. Para o desenvolvimento da nova linha, foi investido mais de R\$ 1 milhão.

INVESTINDO no chope. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 8 nov. 2006. p. 28.

Trombini investe em reformas e ampliação

A Trombini, empresa paranaense fabricante de papelão, vai investir R\$ 50 milhões na ampliação da unidade de papelão de Curitiba, que deverá ser concluída em 2008. O grupo inaugurou em novembro uma nova área de produção de papelão ondulado na fábrica de Farroupilha (RS) e está reformando as unidades de papel reciclado, matéria-prima do papelão, na capital paranaense e em Canela (RS).

Em 2005 a empresa produziu 180 mil toneladas de papelão, tornando-se a quarta maior do país no segmento. O faturamento em 2006 deverá atingir R\$ 540 milhões, 8% a mais que em 2005.

CARNIERI, Helena. Trombini inaugura nova fábrica no RS e faz investimento de R\$ 50 mi no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 nov. 2006. p. 18.

Romanelli vai ocupar terreno retornado pela Prefeitura de Cambé

A Romanelli, fabricante de equipamentos para pavimentação asfáltica, venceu uma licitação que lhe proporciona o direito de posse provisória de um terreno de 38 mil metros quadrados, sendo 5,1 mil de área construída, que estava abandonado há cerca de 10 anos e foi retomado judicialmente pela prefeitura de Cambé.

De acordo com o contrato, a empresa tem prazo de dois anos para cumprir algumas exigências e obter a posse definitiva do imóvel. Para isso investirá R\$ 2 milhões, que serão utilizados no aumento da produção para desenvolver uma linha de mini pá-carregadeiras. Com isso, a empresa espera dobrar o quadro funcional até 2009.

ROMANELLI na antiga Freezagro. **Folha de Londrina**, 14 nov. 2006. Economia, p. 3.

ROMANELLI vence licitação e vai ocupar a antiga Freezagro Disponível em: <http://www.portalcambe.net/site/noticias/cambe/index=noticia_1157.php>. Acesso em: 15 nov. 2006.

Seara anuncia expansão

A Seara Alimentos começará, em 2007, um plano de expansão da sua unidade industrial de Jacarezinho, Norte Pioneiro do Estado.

Além de dobrar a capacidade de abate de frangos, que atualmente é de 120 mil por dia, a empresa também irá aumentar a oferta de postos de trabalho de 600 para 1,2 mil vagas.

SEARA quer Jacarezinho. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 nov. 2006. Economia, p.6.

COMÉRCIO

Drogamed abre nova loja

A rede de farmácias Drogamed está investindo R\$ 400 mil na abertura de uma nova loja em Curitiba, a quinta unidade inaugurada desde o início de 2006 na capital.

Com faturamento de cerca de R\$ 180 milhões em 2005, a rede continua a apostar em sua farmácia de manipulação, que detém 20% do mercado curitibano.

MAIS farmácias. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 8 nov. 2006. p.28.

Wal-Mart anuncia investimento

O grupo Wal-Mart, que atua no Paraná com as bandeiras BIG, Maxxi Atacado, Mercadorama, Sam's Club e Wal-Mart Supercenter, investirá R\$ 90 milhões no Estado em 2007. A inauguração de duas novas lojas deverá consumir R\$ 50 milhões, gerando cerca de 500 empregos diretos. O restante será utilizado na reforma de dez estabelecimentos.

A reformulação nas lojas teve início em 2006 em dois supermercados na capital paranaense, que foram reinaugurados em novembro, demandando investimento de R\$ 7,5 milhões. Até 2009 o Wal-Mart deverá reformular suas 40 lojas no Estado, que empregam cerca de 7 mil pessoas.

GUETHS, Maigue. Wal-Mart abrirá duas lojas no PR em 2007. **Folha de Londrina**, 8 nov. 2006. Economia, p.4.

KÜNZEL, Patrícia. Wal-Mart vai investir R\$ 90 milhões no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 nov. 2006. p.25.

Consórcio da Good Food traz Burger King a Curitiba

Foi inaugurada, no início de novembro, a primeira loja da rede de *fast food* Burger King no Paraná. Segundo a Good Food Comércio de Alimentos S.A., empresa que fechou consórcio com a rede e atenderá todo o Estado, serão gastos R\$ 15 milhões com a abertura das lojas nos *shoppings* Mueller e Curitiba e doze outras unidades nos próximos cinco anos. Provavelmente, a rede chegará a Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Para cada novo ponto, prevê-se a abertura de 70 postos de trabalho.

A empresa norte-americana possui 17 restaurantes pelo país e pretende fechar o ano com 25 unidades.

GUETHS, Maigue. Burger King abre em Curitiba sua 1ª loja no sul do País. **Folha de Londrina**, 9 nov. 2006. Economia, p.3.

KÜNZEL, Patrícia. Burger King inaugura amanhã a primeira loja em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 nov. 2006. p. 20.

Super Dip tem alta de 30% em seu faturamento

Segundo a Associação Paranaense de Supermercados (Apras), o setor supermercadista baixou sua estimativa de crescimento para este ano de 3% para 1 a 1,5%. Contudo, a rede paranaense de supermercados Super Dip obteve crescimento de 30% em seu faturamento em 2006.

A rede inaugurou, em novembro, duas lojas em Curitiba e São José dos Pinhais e reinaugurou a unidade de Araucária. Para tanto, contratou 180 novos funcionários e investiu R\$ 4 milhões.

Com previsão de faturamento de R\$ 110 milhões, a rede pretende dobrar seus investimentos. O Super Dip é a divisão de varejo do grupo Diplomata, de Toledo, que atua em outros segmentos – industrialização de alimentos, produtos agrícolas, comunicação e financeiro –, e também é dono de um *shopping* em Cascavel. O grupo exporta 50% de sua produção para 30 países.

LONDRES, Mariana. Grupo fundado em Toledo fatura quase R\$ 1 bilhão e exporta para 30 países. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 nov. 2006. p.16.

LONDRES, Mariana. Rede faz sucesso com lojas de bairro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 nov. 2006. p.16.

LONDRES, Mariana. Setor supermercadista cresce abaixo do esperado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 nov. 2006. p.16.

COMÉRCIO EXTERIOR

Tapetes paranaenses serão exportados para a Europa

O Projeto Vivat Tapetum, que promove a confecção de tapetes por artesãos de Tijucas do Sul, está negociando com a Governance Consulting, empresa de consultoria e representação, a exportação de seus produtos para a Europa. O projeto, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), produz tapetes *smyma*, almofadas, brinquedos e roupas utilizando apenas fibras naturais como matéria-prima. As trinta e cinco famílias envolvidas são remuneradas após a conclusão de cada trabalho.

Os lucros da produção serão remetidos à Instituição Filantrópica Sergius Erdelyi, mantenedora de uma creche com sessenta e nove crianças no município. Por mês são confeccionados aproximadamente 50 tapetes, custando entre R\$ 400 e R\$ 2.000.

LIMA, Marli. Tapetes artesanais mudam comércio no interior do Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 nov. 2006. Empresas, p.B2.

INFRA-ESTRUTURA

Copel obtém lucro histórico

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) anunciou que encerrará 2006 com o maior lucro de sua história, consolidado pelos resultados financeiros do terceiro trimestre.

A Copel registrou, de janeiro a setembro de 2006, um lucro líquido de R\$ 932 milhões, 201% superior ao alcançado em igual período de 2005, quando obteve R\$ 309 milhões. Esse resultado foi influenciado pelo acordo sobre o gás natural para a UEG Araucária, que reverteu R\$ 423,8 milhões a mais no lucro da empresa.

Mesmo sem esse montante da UEG Araucária, que ainda está produzindo energia para o Estado em caráter emergencial devido à estiagem prolongada no sul do país, a companhia ainda teria um lucro 64,5% maior que o de 2004.

GUETHS, Maigue. Copel fechará 2006 com o maior lucro de sua história. **Folha de Londrina**, 14 nov. 2006. Economia, p.3.

Copel firma parcerias

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) está em fase de negociações com seus parceiros, que envolve o arrendamento da termelétrica UEG Araucária para a Petrobrás, a venda de sua participação na hidrelétrica Dona Francisca para o grupo Gerdau e a compra da parte da Wobben Windpower nas Centrais Eólicas do Paraná.

A Copel alugará a UEG Araucária para a sócia Petrobrás (que detém 20% da UEG) durante um ano, passível de renovação, e os custos operacionais do período deverão ser cobertos pela

própria Petrobrás. Posteriormente, a térmica a gás deverá passar por reformas para se transformar em bicomustível. A Gerdau, que detém 51% da usina Dona Francisca, tem intenção de adquirir os 23% de participação da Copel no empreendimento, que recebeu R\$ 431 milhões em investimentos. A Wobben Windpower está negociando a venda de seus 70% nas Centrais Eólicas do Paraná para a Copel.

Há planos da Copel de ampliar sua participação em oito Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Para 2007, estão previstos investimentos de R\$ 600 milhões.

LIMA, Marli. Copel vai reestruturar parcerias ainda este ano. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 nov. 2006. Empresas, p. B8.

All investe para melhorar eficiência da Brasil Ferrovias

A América Latina Logística (ALL) obteve lucro de R\$ 128,5 milhões entre janeiro e setembro deste ano, valor 37% superior ao registrado no mesmo período de 2005, resultado do aumento no volume transportado.

O desafio agora é aumentar a eficiência na malha da Brasil Ferrovias (BF), adquirida pela ALL em maio, que teve prejuízo de R\$ 217 milhões nos nove primeiros meses de 2006. Esse resultado mostra que houve uma recuperação em relação ao ano de 2005, quando o prejuízo no mesmo período foi de R\$ 712,7 milhões. A integração total entre ALL e BF ocorrerá em janeiro de 2007.

Os investimentos na malha da BF devem atingir R\$ 250 milhões até o final de 2006, além de R\$ 1 bilhão nos próximos quatro anos, que, somados aos investimentos na malha da ALL no período, devem chegar a R\$ 2 bilhões.

PEREIRA, Renée. ALL se prepara para integração da Brasil Ferrovias. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 nov. 2006. Economia, p.B7.

SERVIÇOS

Faturamento da Cocamar diminui com crise no campo

A Cooperativa Agroindustrial de Maringá (Cocamar) vem registrando queda na receita nos últimos anos em virtude da crise no campo que atingiu o Estado nas duas últimas safras, provocadas pela seca, pelo câmbio desfavorável e pelas suspeitas de febre aftosa no Paraná. Depois de faturar R\$ 1,2 bilhão em 2004 e R\$ 958 milhões em 2005, é prevista receita de R\$ 870 milhões para 2006.

A Cocamar, formada por 6,6 mil cooperados, é, entre as cooperativas paranaenses, a que está mais voltada para o varejo. Seus produtos industrializados têm como destino os mercados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além da exportação, que corresponde a 7% da produção.

CARNIERI, Helena. Crise reduz faturamento da Cocamar em 2006. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 nov. 2006. p. 21.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2006

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006 ⁽¹⁾	14 850	27 699	1 865	60 898	175 845	2 888	28 459	576 722	20 265

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006 ⁽¹⁾	101 120	129 389	1 280	437 269	34 915 807	79 850	39 595	134 524	3 397

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2006

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006 ⁽¹⁾	576 795	770 922	1 337	198 800	4 301 851	21 639	2 425 085	10 941 954	4 512

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006 ⁽¹⁾	447	1 221	2 732	3 936 456	9 374 855	2 382	826 484	1 755 371	2 124

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2006

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Junho	151 796	27 435	32 579
1998	854 517	236 358	193 435	Julho	155 851	27 600	33 409
1999	957 237	198 873	229 466	Agosto	162 330	29 511	35 636
2000	1 041 412	181 113	235 315	Setembro	158 381	27 938	33 496
2001	1 121 828	197 985	263 451	Outubro	156 713	23 598	29 589
2002	1 235 681	219 350	333 951	Novembro	156 051	23 835	30 444
2003	1 344 398	219 774	359 139	Dezembro	158 021	26 836	30 761
2004	1 557 747	276 806	340 568	2006 ⁽¹⁾	910 946	153 316	181 375
2005	1 788 481	308 947	367 765	Janeiro	159 589	21 644	30 330
Janeiro	138 408	18 246	27 016	Fevereiro	146 023	22 502	28 110
Fevereiro	128 063	19 364	25 759	Março	162 965	25 587	28 167
Março	141 733	26 502	28 752	Abril	137 718	24 256	27 353
Abril	135 603	29 261	28 540	Maio	153 136	31 044	35 409
Maio	145 529	28 822	31 875	Junho	151 216	28 283	32 006

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-2006

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2003	3 112	10 449
1977	1 356	8 826	2004	3 147	10 619
1978	1 614	9 636	2005	811	6 444
1979	1 635	12 575	Janeiro	60	246
1980	1 936	13 482	Fevereiro	118	627
1981	1 954	14 105	Março	90	738
1982	1 179	6 606	Abril	34	749
1983	1 079	3 345	Maio	19	686
1984	1 748	7 921	Junho	25	910
1985	2 167	9 728	Julho	53	551
1986	2 029	10 588	Agosto	54	635
1987	2 121	9 479	Setembro	69	432
1988	1 567	8 847	Outubro	100	258
1989	1 386	6 189	Novembro	64	303
1990	885	4 111	Dezembro	125	310
1991	584	2 677	2006	438	6 624
1992	593	2 893	Janeiro	62	450
1993	1 038	4 475	Fevereiro	82	484
1994	1 707	9 011	Março	67	633
1995	859	5 095	Abril	48	579
1996	897	4 180	Maio	44	849
1997	1 296	6 062	Junho	15	822
1998	1 380	6 025	Julho	-	897
1999	1 351	4 854	Agosto	24	582
2000	1 692	6 251	Setembro	46	657
2001	2 046	8 307	Outubro	50	671
2002	2 448	9 752			

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2005

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005 ⁽¹⁾	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2004-2005

BLOCO / REGIÃO	PARANÁ			BRASIL		
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)
	2004	2005		2004	2005	
Exportação	9 396 534 183	10 022 668 933	6,7	96 475 238 342	118 308 269 477	22,6
União Européia	2 676 718 284	3 118 402 012	16,5	24 160 225 116	26 493 366 323	9,7
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 423 302 591	1 857 533 540	30,5	14 563 861 340	18 552 197 089	27,4
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 288 856 293	1 379 202 023	7,0	20 341 292 041	22 741 381 375	11,8
Aladi (exclusive Mercosul)	750 150 261	1 127 158 279	50,3	10 787 356 237	13 702 190 590	27,0
Mercosul	830 011 051	946 408 327	14,0	8 912 110 892	11 726 093 723	31,6
Oriente Médio	843 999 471	636 604 302	-24,6	3 687 154 896	4 286 140 965	16,2
África (exclusive Oriente Médio)	330 249 472	395 414 399	19,7	4 244 927 085	5 977 269 239	40,8
Outros	1 253 246 760	561 946 051	-55,2	9 778 310 735	14 829 630 173	51,7
Importação	4 026 142 975	4 524 855 667	12,4	62 834 697 626	73 551 417 513	17,1
União Européia	1 457 300 260	1 760 052 664	20,8	15 928 193 762	18 146 178 521	13,9
África (exclusive Oriente Médio)	407 563 194	625 640 216	53,5	6 185 643 245	6 667 114 032	7,8
Mercosul	442 776 269	561 367 640	26,8	6 390 320 455	7 051 573 336	10,3
Ásia (exclusive Oriente Médio)	457 774 637	546 716 803	19,4	12 279 524 602	16 870 178 233	37,4
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	537 948 796	470 320 329	-12,6	11 530 275 293	12 850 808 012	11,5
Aladi (exclusive Mercosul)	168 514 042	191 671 436	13,7	3 636 232 422	4 515 619 949	24,2
Oriente Médio	119 988 147	89 105 877	-25,7	2 311 924 488	2 509 570 207	8,5
Outros	434 277 630	279 980 702	-35,5	4 572 583 359	4 940 375 223	8,0

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-OUTUBRO 2005-2006

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-OUT 2005		JAN-OUT 2006		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Complexo soja	1 939 905 478	23,41	1 712 396 096	20,75	-11,73
Farelo de soja	724 579 419	8,74	661 405 449	8,01	-8,72
Soja em grão	830 940 793	10,03	636 291 603	7,71	-23,43
Óleo de soja bruto	282 860 763	3,41	279 289 825	3,38	-1,26
Óleo de soja refinado	101 524 503	1,23	134 840 276	1,63	32,82
Óleo de soja, exceto óleo bruto ou refinado	-	-	568 943	0,01	-
Material de transporte e componentes	2 024 780 399	24,43	1 709 999 233	20,72	-15,55
Automóveis	935 066 883	11,28	549 479 970	6,66	-41,24
Motores para veículos	460 980 489	5,56	546 409 086	6,62	18,53
Autopeças	108 731 251	1,31	182 074 668	2,21	67,45
Tratores	157 110 643	1,90	176 176 952	2,13	12,14
Veículos de carga	149 284 951	1,80	112 927 247	1,37	-24,35
Ônibus	176 605 955	2,13	79 349 297	0,96	-55,07
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	31 281 094	0,38	50 888 899	0,62	62,68
Helicópteros	2 197 574	0,03	4 459 444	0,05	102,93
Reboques para transporte de mercadorias	334 320	0,00	1 354 790	0,02	305,24
Pneumáticos e câmaras de ar	415 166	0,01	430 087	0,01	3,59
Trens e materiais para vias férreas	44 651	0,00	44 652	0,00	0,00
Partes e peças de aviões e helicópteros	-	-	16 135	0,00	-
Motocicletas	-	-	7 320	0,00	-
Motores e turbinas para aviação	161	0,00	-	-	-100,00
Demais materiais de transporte	2 727 261	0,03	6 380 686	0,08	133,96
Madeiras e manufaturas de madeira	921 337 065	11,12	901 511 075	10,92	-2,15
Madeira compensada ou contraplacada	409 263 314	4,94	324 524 308	3,93	-20,71
Madeira serrada	184 943 936	2,23	161 134 259	1,95	-12,87
Obras de marcenaria ou de carpintaria	95 747 448	1,16	120 621 576	1,46	25,98
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	58 908 657	0,71	59 395 579	0,72	0,83
Madeira laminada	19 416 263	0,23	19 101 658	0,23	-1,62
Demais madeiras e manufaturas de madeira	153 057 447	1,85	216 733 695	2,63	41,60
Carnes	1 083 002 747	13,07	794 118 106	9,62	-26,67
Carne de frango "in natura"	759 677 650	9,17	668 047 662	8,10	-12,06
Carne de frango industrializada	11 610 929	0,14	35 103 133	0,43	202,33
Carne suína "in natura"	165 304 714	1,99	33 084 760	0,40	-79,99
Carne de peru "in natura"	54 396 687	0,66	15 149 144	0,18	-72,15
Carne bovina "in natura"	70 545 772	0,85	10 765 659	0,13	-84,74
Carne bovina industrializada	839 824	0,01	1 000 575	0,01	19,14
Demais carnes	20 627 171	0,25	30 967 173	0,38	50,13
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	439 703 407	5,31	455 928 104	5,52	3,69
Compressores e bombas	177 175 674	2,14	148 431 590	1,80	-16,22
Refrigeradores e congeladores	50 491 228	0,61	50 366 286	0,61	-0,25
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	54 315 818	0,66	44 044 411	0,53	-18,91
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	19 321 937	0,23	26 943 696	0,33	39,45
Rolamentos e engrenagens	23 330 032	0,28	22 088 484	0,27	-5,32
Torneiras e válvulas	8 826 163	0,11	19 747 491	0,24	123,74
Aparelhos de ar-condicionado	8 307 020	0,10	9 112 203	0,11	9,69
Aparelhos para filtrar ou depurar	1 979 254	0,02	4 028 731	0,05	103,55
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	3 856 226	0,05	2 110 944	0,03	-45,26
Computadores e acessórios	945 283	0,01	2 025 494	0,02	114,27
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	880 105	0,01	1 188 386	0,01	35,03
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	209 086	0,00	523 300	0,01	150,28
Laminadores de metais	11 865	0,00	16 259	0,00	37,03
Máquinas de costura	4 460	0,00	6 750	0,00	51,35
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	29 534	0,00	2 866	0,00	-90,30
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	90 019 722	1,09	125 291 213	1,52	39,18

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-OUTUBRO 2005-2006

conclusão

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-OUT 2005		JAN-OUT 2006		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Cereais	62 515 646	0,75	344 358 689	4,17	450,84
Açúcar	185 840 150	2,24	293 431 586	3,56	57,89
Açúcar bruto	176 553 680	2,13	286 462 508	3,47	62,25
Açúcar refinado	9 286 470	0,11	6 969 078	0,08	-24,95
Produtos químicos	208 789 345	2,52	245 912 161	2,98	17,78
Produtos químicos orgânicos	47 488 047	0,57	55 876 943	0,68	17,67
Adubos e fertilizantes	51 091 592	0,62	54 182 521	0,66	6,05
Plásticos e suas obras	42 444 614	0,51	49 476 452	0,60	16,57
Produtos químicos inorgânicos	11 492 086	0,14	13 408 210	0,16	16,67
Óleos essenciais e resinóides	7 388 207	0,09	9 137 924	0,11	23,68
Extratos tanantes e tintoriais	1 642 989	0,02	2 332 290	0,03	41,95
Produtos farmacêuticos	1 608 840	0,02	1 876 979	0,02	16,67
Demais produtos químicos	45 632 970	0,55	59 620 842	0,72	30,65
Papel e celulose	208 330 812	2,51	242 659 146	2,94	16,48
Papel	207 947 321	2,51	241 799 893	2,93	16,28
Celulose	383 491	0,00	859 253	0,01	124,06
Derivados de petróleo	141 343 873	1,71	238 150 070	2,89	68,49
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	108 275 429	1,31	148 615 494	1,80	37,26
Óleos e combustíveis	20 224 251	0,24	53 938 373	0,65	166,70
Gasolina	9 292 388	0,11	29 818 653	0,36	220,89
Óleos lubrificantes	1 711 063	0,02	1 793 060	0,02	4,79
Demais derivados de petróleo	1 840 742	0,02	3 984 490	0,05	116,46
Café	184 350 716	2,22	199 507 949	2,42	8,22
Café solúvel	129 503 231	1,56	132 947 885	1,61	2,66
Café cru em grão	54 847 485	0,66	66 560 064	0,81	21,35
Materiais elétricos e eletrônicos	163 064 520	1,97	168 116 276	2,04	3,10
Aparelhos elétricos para telefonia	83 524 289	1,01	63 942 550	0,77	-23,44
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	35 293 787	0,43	45 041 267	0,55	27,62
Aparelhos transmissores e receptores	13 806 409	0,17	19 501 493	0,24	41,25
Geradores e transformadores, elétricos	5 994 443	0,07	9 347 362	0,11	55,93
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	5 020 186	0,06	5 732 902	0,07	14,20
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	3 924 749	0,05	4 867 002	0,06	24,01
Demais materiais elétricos e eletrônicos	15 500 657	0,19	19 683 700	0,24	26,99
Outros grupos de produtos	724 171 299	8,74	946 211 475	11,47	30,66
TOTAL	8 287 135 457	100,00	8 252 299 966	100,00	-0,42

FONTE: MDIC - SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-OUTUBRO 2005-2006

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-OUT 2005		JAN-OUT 2006		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Derivados de petróleo	455 811 680	12,06	1 080 018 194	22,22	136,94
Óleos brutos de petróleo	446 551 599	11,81	1 032 017 712	21,23	131,11
Óleos e combustíveis	-	-	25 294 742	0,52	-
Óleos lubrificantes	333 535	0,01	111 670	0,00	-66,52
Gasolina	2 664	0,00	3 646	0,00	36,86
Demais derivados de petróleo	8 923 882	0,24	22 590 424	0,46	153,15
Produtos químicos	765 986 704	20,27	965 545 854	19,86	26,05
Adbos e fertilizantes	305 370 103	8,08	363 486 101	7,48	19,03
Produtos químicos orgânicos	183 797 505	4,86	286 876 606	5,90	56,08
Plásticos e suas obras	123 946 418	3,28	137 908 946	2,84	11,26
Produtos farmacêuticos	37 566 880	0,99	50 546 001	1,04	34,55
Extratos tanantes e tintoriais	15 739 360	0,42	19 003 989	0,39	20,74
Produtos químicos inorgânicos	16 651 580	0,44	18 110 643	0,37	8,76
Produtos para fotografia	3 151 466	0,08	4 826 310	0,10	53,14
Óleos essenciais e resinóides	4 577 050	0,12	2 939 542	0,06	-35,78
Demais produtos químicos	75 186 342	1,99	81 847 716	1,68	8,86
Material de transporte e componentes	775 083 347	20,51	896 478 868	18,44	15,66
Autopeças	422 702 220	11,18	366 306 033	7,54	-13,34
Automóveis	36 572 759	0,97	260 241 655	5,35	611,57
Motores para veículos	241 427 870	6,39	186 681 775	3,84	-22,68
Pneumáticos e câmaras de ar	30 346 842	0,80	33 321 923	0,69	9,80
Helicópteros	15 114 346	0,40	14 738 379	0,30	-2,49
Trens e materiais para vias férreas	147 559	0,00	5 542 598	0,11	3 656,19
Veículos de carga	4 725 764	0,13	3 470 320	0,07	-26,57
Tratores	2 482 584	0,07	2 864 100	0,06	15,37
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	311 941	0,01	610 120	0,01	95,59
Partes e peças de aviões e helicópteros	567 064	0,02	601 130	0,01	6,01
Aviões	36 000	0,00	572 742	0,01	1 490,95
Motores e turbinas para aviação	766 890	0,02	568 968	0,01	-25,81
Motocicletas	73 111	0,00	361 739	0,01	394,78
Reboques para transporte de mercadorias	-	-	4 302	0,00	-
Demais materiais de transporte	19 808 397	0,52	20 593 084	0,42	3,96
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	559 110 737	14,79	557 866 842	11,48	-0,22
Compressores e bombas	128 504 375	3,40	113 389 646	2,33	-11,76
Computadores e acessórios	46 098 372	1,22	80 688 051	1,66	75,03
Rolamentos e engrenagens	75 094 697	1,99	66 337 072	1,36	-11,66
Torneiras e válvulas	31 729 595	0,84	32 405 610	0,67	2,13
Refrigeradores e congeladores	15 387 525	0,41	16 475 774	0,34	7,07
Aparelhos para filtrar ou depurar	20 855 852	0,55	16 412 532	0,34	-21,30
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	8 427 463	0,22	13 934 893	0,29	65,35
Aparelhos de ar-condicionado	26 715 643	0,71	13 506 538	0,28	-49,44
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	10 825 125	0,29	11 692 627	0,24	8,01
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	8 833 976	0,23	6 565 900	0,14	-25,67
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	4 574 850	0,12	6 147 764	0,13	34,38
Máquinas de costura	684 355	0,02	1 310 671	0,03	91,52
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	1 152 306	0,03	992 048	0,02	-13,91
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	1 733 337	0,05	878 072	0,02	-49,34
Laminadores de metais	76 814	0,00	266 054	0,01	246,36
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	178 416 452	4,72	176 863 590	3,64	-0,87

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-OUTUBRO 2005-2006

conclusão

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-OUT 2005		JAN-OUT 2006		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Materiais elétricos e eletrônicos	360 347 342	9,53	382 372 086	7,87	6,11
Aparelhos elétricos para telefonia	46 023 869	1,22	45 842 866	0,94	-0,39
Geradores e transformadores, elétricos	38 459 675	1,02	42 294 088	0,87	9,97
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	39 051 260	1,03	39 400 728	0,81	0,89
Aparelhos transmissores e receptores	58 326 157	1,54	37 422 359	0,77	-35,84
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	13 897 434	0,37	11 970 983	0,25	-13,86
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	2 156 599	0,06	4 188 068	0,09	94,20
Demais materiais elétricos e eletrônicos	162 432 348	4,30	201 252 994	4,14	23,90
Produtos metalúrgicos	128 474 674	3,40	176 816 569	3,64	37,63
Produtos laminados planos de ferro ou aço	3 368 041	0,09	18 432 643	0,38	447,28
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	10 523 006	0,28	16 367 190	0,34	55,54
Catodos de cobre	6 260 317	0,17	11 248 392	0,23	79,68
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	5 359 788	0,14	7 332 836	0,15	36,81
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	1 035 605	0,03	1 437 708	0,03	38,83
Ligas de alumínio	3 991 936	0,11	1 010 554	0,02	-74,69
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	1 091 459	0,03	307 837	0,01	-71,80
Demais produtos metalúrgicos	96 844 522	2,56	120 679 409	2,48	24,61
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	121 282 948	3,21	113 636 749	2,34	-6,30
Papel e celulose	82 124 131	2,17	97 722 545	2,01	18,99
Papel	39 839 092	1,05	56 266 579	1,16	41,23
Celulose	42 285 039	1,12	41 455 966	0,85	-1,96
Cereais	51 385 404	1,36	83 438 580	1,72	62,38
Produtos têxteis	39 058 627	1,03	52 220 576	1,07	33,70
Confecções	21 568 942	0,57	26 145 833	0,54	21,22
Fios sintéticos ou artificiais	9 087 509	0,24	14 115 051	0,29	55,32
Tecidos de algodão	93 394	0,00	340 731	0,01	264,83
Fios de seda	-	-	97 828	0,00	-
Fios de algodão	292	0,00	851	0,00	191,44
Sisal em fibras, cordas e cabos	1 308	0,00	298	0,00	-77,22
Demais produtos têxteis	8 307 182	0,22	11 519 984	0,24	38,67
Madeiras e manufaturas de madeira	25 041 477	0,66	33 116 714	0,68	32,25
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	16 273 434	0,43	23 774 934	0,49	46,10
Madeira serrada	3 797 886	0,10	3 087 770	0,06	-18,70
Madeira laminada	2 559 224	0,07	2 117 883	0,04	-17,25
Madeira compensada ou contraplacada	105 826	0,00	133 228	0,00	25,89
Obras de marcenaria ou de carpintaria	58 807	0,00	50 443	0,00	-14,22
Demais madeiras e manufaturas de madeira	2 246 300	0,06	3 952 456	0,08	75,95
Outros grupos de produtos	416 081 559	11,01	421 355 452	8,67	1,27
TOTAL	3 779 788 630	100,00	4 860 589 029	100,00	28,59

FONTE: MDIC – SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2006

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005 ⁽¹⁾	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
Janeiro	536 298	397 779	138 519	7 444 156	5 257 411	2 186 744
Fevereiro	601 990	360 493	241 498	7 756 287	4 978 790	2 777 498
Março	858 948	428 177	430 770	9 250 721	5 909 056	3 341 664
Abril	896 454	372 547	523 908	9 201 549	5 331 755	3 869 794
Maio	902 353	442 957	459 395	9 818 450	6 372 220	3 446 230
Junho	921 094	406 008	515 086	10 206 064	6 173 097	4 032 967
Julho	937 866	336 049	601 816	11 061 348	6 056 796	5 004 552
Agosto	965 292	386 070	579 222	11 346 320	7 695 651	3 650 670
Setembro	824 736	343 792	480 943	10 634 464	6 315 158	4 319 305
Outubro	842 104	305 858	536 246	9 903 278	6 227 170	3 676 109
Novembro	914 250	395 739	518 511	10 789 757	6 715 369	4 074 389
Dezembro	821 284	351 703	469 580	10 895 992	6 565 426	4 330 565
2006 ⁽¹⁾	8 252 300	4 860 589	3 391 711	113 370 335	75 490 532	37 879 803
Janeiro	607 826	397 353	210 474	9 270 707	6 450 598	2 820 109
Fevereiro	628 929	348 842	280 086	8 750 217	5 950 432	2 799 785
Março	857 017	562 086	294 931	11 366 397	7 731 982	3 634 416
Abril	784 114	371 940	412 174	9 803 478	6 729 306	3 074 172
Maio	699 260	302 128	397 133	10 274 815	7 278 015	2 996 800
Junho	721 879	323 657	398 221	11 434 687	7 368 269	4 066 418
Julho	1 120 130	642 524	477 606	13 621 551	7 987 795	5 633 756
Agosto	1 114 474	847 020	267 454	13 641 816	9 128 847	4 512 969
Setembro	854 701	451 792	402 910	12 547 906	8 120 620	4 427 285
Outubro	863 970	613 248	250 722	12 658 762	8 744 669	3 914 093

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-2006

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Setembro	0,23
2000	6,23	Outubro	0,41
2001	5,90	Novembro	0,32
2002	12,02	Dezembro	0,33
2003	6,46	2006	3,79
2004	10,40	Janeiro	1,21
2005	4,05	Fevereiro	0,15
Janeiro	0,52	Março	0,53
Fevereiro	0,02	Abril	0,76
Março	0,66	Maio	0,30
Abril	1,14	Junho	-0,06
Maio	0,38	Julho	0,12
Junho	-0,82	Agosto	-0,23
Julho	0,74	Setembro	0,02
Agosto	0,08	Outubro	0,92

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2006

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
Janeiro	0,58	0,33	0,39	0,08	0,75
Fevereiro	0,59	0,40	0,30	0,39	0,44
Março	0,61	0,99	0,85	1,14	0,67
Abril	0,87	0,51	0,86	0,33	0,72
Maio	0,49	-0,25	-0,22	-0,98	2,09
Junho	-0,02	-0,45	-0,44	-0,78	0,76
Julho	0,25	-0,40	-0,34	-0,69	0,11
Agosto	0,17	-0,79	-0,65	-1,04	0,02
Setembro	0,35	-0,13	-0,53	-0,28	0,24
Outubro	0,75	0,63	0,60	0,79	0,19
Novembro	0,55	0,33	0,40	0,28	0,24
Dezembro	0,36	0,07	-0,01	0,37	-0,14
2006	2,33	2,93	2,73	3,41	4,42
Janeiro	0,59	0,72	0,92	0,81	0,34
Fevereiro	0,41	-0,06	0,01	-0,12	0,19
Março	0,43	-0,45	-0,23	-0,82	0,20
Abril	0,21	0,02	-0,42	-0,15	0,36
Maio	0,10	0,38	0,38	0,46	1,32
Junho	-0,21	0,67	0,75	1,06	0,90
Julho	0,19	0,17	0,18	0,17	0,47
Agosto	0,05	0,41	0,37	0,53	0,24
Setembro	0,21	0,24	0,29	0,28	0,11
Outubro	0,33	0,81	0,47	1,16	0,21

FONTES: IBGE, FGV

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2006

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
Janeiro	394 956	2 504 352	0,16	537 608	50 057	10,74	267 640	266 845	1,00	115 872	327 474	0,35
Fevereiro	386 716	2 511 715	0,15	585 022	49 647	11,78	270 417	267 203	1,01	121 246	327 396	0,37
Março	378 044	2 517 373	0,15	604 655	49 712	12,16	283 059	267 366	1,06	125 569	327 773	0,38
Abril	401 834	2 524 113	0,16	544 947	50 058	10,89	296 922	268 038	1,11	128 731	328 270	0,39
Mai	382 122	2 526 452	0,15	524 267	50 792	10,32	264 386	269 504	0,98	119 911	326 887	0,37
Junho	388 876	2 532 626	0,15	521 692	51 110	10,21	261 313	269 911	0,97	112 752	327 973	0,34
Julho	376 876	2 535 122	0,15	513 502	51 284	10,01	248 857	270 491	0,92	108 957	327 392	0,33
Agosto	383 481	2 538 356	0,15	531 752	51 606	10,30	255 235	270 952	0,94	108 105	327 865	0,33
Setembro	392 888	2 545 459	0,15	522 833	52 098	10,04	262 979	271 782	0,97	110 284	328 461	0,34
Outubro	385 733	2 551 211	0,15	522 019	52 460	9,95	264 054	272 286	0,97	108 801	327 927	0,33
Novembro	392 917	2 555 856	0,15	528 283	52 868	9,99	275 453	272 895	0,98	112 966	327 654	0,34
Dezembro	388 276	2 561 066	0,15	529 105	53 256	9,94	280 920	273 124	1,03	116 087	327 363	0,35
2006												
Janeiro	415 781	2 570 195	0,16	475 983	53 566	8,89	294 389	273 046	1,08	124 095	327 246	0,38
Fevereiro	404 829	2 576 053	0,16	502 200	53 928	9,31	301 544	272 912	1,10	133 188	326 854	0,41
Março	390 598	2 581 912	0,15	488 030	54 294	8,99	295 773	273 215	1,08	128 747	326 387	0,39
Abril	400 790	2 588 383	0,15	509 353	54 735	9,31	298 101	273 781	1,09	126 208	326 305	0,39
Mai	383 903	2 590 863	0,15	490 630	54 830	8,95	261 176	274 018	0,95	119 583	326 829	0,37
Junho	396 396	2 597 694	0,15	511 250	55 156	9,27	260 430	274 767	0,95	109 868	327 049	0,34
Julho	393 991	2 603 097	0,15	497 918	54 980	9,06	258 816	275 273	0,94	109 814	326 867	0,34
Agosto	400 899	2 610 174	0,15	520 783	54 968	9,47	285 842	276 016	1,04	111 427	326 246	0,34
Setembro	396 383	2 618 166	0,15	505 983	55 274	9,15	273 776	276 700	0,99	113 815	326 789	0,35
Outubro	402 599	2 624 714	0,15	507 650	55 677	9,12	276 919	277 539	1,00	111 603	327 447	0,34

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2006

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
Janeiro	58 233	6 742	8,64	47 702	3 618	13,18	1 888	573	3,29	1 423 899	3 159 661	0,45
Fevereiro	58 108	6 744	8,62	47 309	3 618	13,08	1 838	572	3,21	1 470 656	3 166 895	0,46
Março	58 109	6 751	8,61	46 112	3 623	12,73	1 919	571	3,36	1 497 467	3 173 169	0,47
Abril	58 362	6 754	8,64	49 596	3 620	13,70	2 092	572	3,66	1 482 484	3 181 425	0,47
Maiο	58 496	6 764	8,65	46 287	3 634	12,74	1 815	572	3,17	1 397 284	3 184 605	0,44
Junho	58 887	6 854	8,59	47 640	3 638	13,10	1 793	574	3,12	1 392 953	3 192 686	0,44
Julho	58 711	6 931	8,47	45 229	3 653	12,38	1 687	569	2,96	1 353 819	3 195 442	0,42
Agosto	58 677	6 971	8,42	46 914	3 669	12,79	1 697	572	2,97	1 385 860	3 199 991	0,43
Setembro	58 967	6 997	8,43	46 805	3 667	12,76	1 720	574	3,00	1 396 477	3 209 038	0,44
Outubro	59 413	6 996	8,49	45 496	3 678	12,37	1 781	577	3,09	1 387 296	3 215 135	0,43
Novembro	58 566	7 051	8,30	47 878	3 688	12,98	1 886	577	3,27	1 417 939	3 220 589	0,44
Dezembro	59 450	7 098	8,38	47 908	3 707	12,92	1 931	581	3,32	1 423 676	3 226 195	0,44
2006												
Janeiro	59 530	7 180	8,29	50 703	3 713	13,66	2 043	581	3,52	1 422 524	3 235 527	0,44
Fevereiro	59 518	7 215	8,25	49 981	3 719	13,44	2 135	581	3,68	1 453 395	3 241 262	0,45
Março	59 412	7 241	8,20	47 504	3 709	12,81	2 001	583	3,43	1 412 065	3 247 341	0,43
Abril	59 661	7 263	8,21	49 197	3 714	13,25	2 031	588	3,45	1 445 341	3 254 769	0,44
Maiο	59 409	7 324	8,11	49 353	3 738	13,20	1 964	589	3,33	1 366 018	3 258 191	0,42
Junho	59 422	7 372	8,06	48 482	3 753	12,92	1 820	587	3,10	1 387 668	3 266 378	0,42
Julho	59 652	7 422	8,04	46 176	3 751	12,31	1 839	588	3,13	1 368 206	3 271 978	0,42
Agosto	59 738	7 513	7,95	46 158	3 766	12,26	1 971	584	3,38	1 426 818	3 279 267	0,44
Setembro	59 929	7 611	7,87	45 330	3 783	11,98	1 978	584	3,39	1 397 194	3 288 907	0,42
Outubro	59 897	7 645	7,87	44 591	3 798	11,74	2 015	585	3,44	1 405 274	3 297 405	0,43

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 2000-2006

PERÍODO	VENDAS (m³)				
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP	Álcool Hidratado
2000	477 427	1 583 337	3 031 779	842 922	445 214
2001	409 451	1 477 085	3 228 911	819 977	430 828
2002	377 406	1 435 096	3 353 184	787 611	370 418
2003	289 030	1 480 157	3 450 076	766 226	377 078
2004	190 052	1 580 815	3 601 808	790 619	538 763
2005	166 738	1 652 970	3 518 182	805 119	516 442
Janeiro	13 075	125 718	234 481	58 485	40 978
Fevereiro	12 692	124 523	275 158	57 600	37 994
Março	14 463	137 161	358 729	63 623	41 526
Abril	13 223	131 223	306 370	63 316	37 874
Maio	13 515	133 295	289 173	68 231	40 906
Junho	15 395	133 053	291 069	70 432	44 140
Julho	13 885	143 499	295 441	72 887	42 895
Agosto	14 652	161 808	328 343	75 267	44 511
Setembro	14 330	142 307	297 227	72 457	46 642
Outubro	13 976	129 715	287 898	68 103	41 198
Novembro	13 904	132 480	288 176	67 027	43 992
Dezembro	13 628	158 187	266 117	67 691	53 784
2006	116 689	1 217 176	2 693 716	609 304	343 156
Janeiro	12 218	132 397	246 277	58 992	39 458
Fevereiro	11 709	131 399	271 674	57 054	39 427
Março	15 368	141 531	345 278	69 472	34 296
Abril	12 510	135 684	287 508	63 335	30 627
Maio	14 842	137 113	282 046	76 398	36 097
Junho	11 414	130 726	281 076	70 426	39 022
Julho	12 615	130 068	294 551	70 874	43 898
Agosto	12 049	140 907	333 945	73 069	44 918
Setembro	13 964	137 351	351 361	69 683	35 412

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2006

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	maio/05	jun/05	jul/05	ago/05
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	99,15	90,96	101,9	94,41	103,08	115,18	108,52	103,50
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	111,82	92,41	110,81	101,73	97,83	97,26	105,52	96,10
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	112,03	91,81	110,17	100,99	97,05	96,47	104,72	95,06
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	86,03	79,67	93,68	110,86	114,29	98,95	119,34	99,78
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	129,78	115,2	131,36	131,83	149,6	144,52	142,93	144,46
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	100,00	106,49	117,25	99,44	102,75	120,47	110,57	121,59	120,86	116,44	121,33
Livros, jornais, revistas e papelaria	...	...	...	100,00	86,81	86,80	100,53	136,19	98,79	78,73	69,48	65,58	77,28	99,53
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	100,00	97,82	173,86	69,72	155,59	173,65	172,54	162,44	192,01	163,72	196,92
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	100,00	114,68	130,80	97,88	104,52	140,44	112,03	129,4	124,71	122,90	123,69
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	107,67	95,11	111,57	105,49	108,22	107,71	112,53	105,64

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	set/05	out/05	nov/05	dez/05	2006	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	maio/06	jun/06	jul/06	ago/06	set/06
Combustíveis e lubrificantes	100,76	100,71	100,19	101,07	85,00	88,57	82,11	86,22	82,02	82,51	82,43	82,91	89,81	88,40
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	95,99	104,85	97,92	131,77	106,22	92,34	99,44	108,44	113,57	106,37	106,69	109,29	107,27	112,55
Hipermercados e supermercados	94,95	103,74	96,67	130,49	105,26	91,32	98,64	107,49	112,67	105,42	105,76	108,27	106,16	111,60
Tecidos, vestuário e calçados	103,18	96,61	100,64	197,05	99,00	97,41	77,97	85,42	104,77	126,92	98,38	101,73	101,76	96,66
Móveis e eletrodomésticos	134,52	147,86	146,96	237,52	149,97	152,51	118,79	156,32	140,11	170,88	147,91	148,51	159,10	155,64
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	111,85	117,16	119,60	144,97	121,92	117,08	108,47	131,23	113,11	126,11	127,82	119,70	129,42	124,30
Livros, jornais, revistas e papelaria	75,43	68,81	64,26	106,94	85,43	103,09	106,77	98,47	79,07	77,74	66,62	77,46	98,72	60,93
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	172,72	204,58	182,97	239,43	245,55	179,19	215,71	249,79	206,76	240,19	299,45	240,69	309,08	269,10
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	115,10	130,92	131,47	236,49	137,15	116,31	113,60	133,43	157,15	151,30	134,76	136,00	150,83	140,98
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	103,22	109,56	106,15	149,50	108,95	101,31	98,04	110,11	111,96	114,30	108,63	110,06	112,87	113,27

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2006

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																		
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	109,2	105,4	118,9	114,6
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	88,9	81,7	100,0	107,3
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	100,5	103,5	113,6	108,0
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	124,0	108,0	137,1	123,0
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	100,8	103,6	106,9	109,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	133,5	186,5	190,7	256,5	177,7	181,0	128,1
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	90,4	70,5	89,7	95,0
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	59,3	71,5	65,0	44,6
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	80,7	87,7	92,2	93,6
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	87,6	90,4	99,6	95,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	92,9	93,5	105,2	107,5
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	128,6	153,8	145,8	122,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	94,6	103,5	107,4	94,4
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	177,2	190,8	228,4	230,6
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	78,2	76,7	95,4	89,9

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																	
	maio/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	2006	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	maio/06	jun/06	jul/06	ago/06	set/06
Indústria de transformação	121,4	120,3	116,7	129,0	130,1	123,8	114,4	110,6	114,1	102,3	97,6	115,3	107,4	122,6	118,9	115,4	128,2	119,7
Alimentos	118,1	116,3	119,0	125,2	115,4	103,5	101,1	96,3	113,0	88,1	81,2	104,8	103,9	125,5	127,1	130,9	137,1	118,7
Bebidas	91,4	88,8	72,1	101,8	104,9	109,3	120,8	157,2	111,7	124,7	118,1	124,1	109,4	100,6	96,8	95,7	125,9	109,6
Madeira	121,2	123,7	111,5	113,9	115,9	102,9	112,9	97,0	104,1	111,9	102,0	111,1	111,0	104,4	104,2	97,2	96,1	98,8
Celulose, papel e produtos de papel	118,5	113,3	116,3	114,6	113,0	115,7	118,5	121,7	114,0	116,8	105,9	120,8	114,6	117,3	97,3	118,0	119,3	115,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	183,3	172,4	141,9	210,4	216,5	199,6	192,9	227,6	181,5	203,7	113,7	154,5	161,9	200,1	209,9	163,1	168,4	258,3
Refino de petróleo e álcool	100,3	101,1	102,8	115,1	103,1	106,1	88,4	91,4	97,6	91,1	87,0	83,0	88,0	106,6	104,3	111,5	109,1	98,0
Outros produtos químicos	57,2	55,2	80,0	115,8	121,3	127,0	73,3	46,2	69,7	53,7	66,8	53,4	47,2	47,3	52,5	66,6	118,2	121,8
Borracha e plástico	100,3	98,8	95,1	99,5	96,3	102,7	105,5	101,0	107,9	104,1	100,7	112,1	96,8	115,0	103,6	106,0	118,8	114,0
Minerais não metálicos	95,0	95,7	97,7	96,2	92,7	91,3	95,6	97,1	89,4	89,1	78,9	93,1	81,1	95,9	94,5	86,1	95,5	90,1
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	104,3	101,3	100,1	109,6	103,9	101,4	108,7	90,2	101,3	90,6	100,7	122,5	92,7	101,3	103,3	99,6	105,3	95,8
Máquinas e equipamentos	134,0	112,1	102,6	109,1	112,3	119,5	113,5	119,5	120,8	122,0	108,4	123,6	113,1	126,9	125,0	111,8	125,5	131,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	107,2	106,3	114,7	112,5	136,8	123,7	131,3	141,8	114,3	112,0	107,3	130,3	102,4	123,8	114,0	115,4	110,9	112,8
Veículos automotores	215,3	239,6	207,7	227,0	270,6	234,1	189,8	158,5	171,7	117,5	159,9	217,8	181,3	207,9	190,9	147,7	191,6	131,0
Mobiliário	93,6	86,4	82,7	87,7	84,1	87,9	97,3	98,7	83,1	75,1	68,7	85,4	74,7	89,6	76,7	81,7	101,5	94,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2006

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	2001	2002	2003	2004	2005	Jan/05	Fev/05	Mar/05	Abr/05	Mai/05	Jun/05	Jul/05	Ago/05	Set/05	
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	108,3	108,4	108,9	109,6	110,9	109,5	108,4	108,1	107,9	
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	78,4	76,0	77,5	76,8	76,2	73,8	73,3	71,4	74,0	
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	108,7	108,8	109,3	110,0	111,3	110,0	108,9	108,5	108,3	
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	138,4	139,4	139,8	143,4	145,1	146,6	146,9	148,5	149,2	
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	111,3	214,2	333,0	420,1	408,5	91,8	89,9	88,0	88,5	
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	93,1	93,6	93,6	94,2	94,6	93,1	93,1	92,1	92,5	
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	148,1	145,5	143,8	143,1	147,0	148,4	145,4	142,4	140,5	
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	80,8	81,1	82,2	79,2	87,1	91,9	89,8	88,7	89,9	
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	77,4	78,1	77,7	73,8	72,1	67,4	65,0	64,8	63,4	
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	117,1	116,2	116,6	117,8	119,0	117,6	117,3	117,6	118,7	
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	149,1	142,6	152,4	211,1	251,4	250,7	237,8	227,3	219,5	
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	83,7	83,4	83,3	83,4	83,3	82,8	82,1	81,6	83,0	
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	90,1	91,6	91,5	91,1	92,9	93,2	93,9	94,9	94,6	
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	124,0	122,4	121,7	122,4	123,3	120,9	117,1	120,8	118,2	
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	86,2	83,6	83,5	83,0	82,3	81,1	81,7	79,4	80,4	
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	97,6	97,7	98,8	96,0	98,3	97,6	98,8	99,5	102,4	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	138,6	141,0	141,7	141,2	141,3	142,3	139,9	134,4	132,8	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	90,6	93,6	94,9	99,0	99,1	97,4	96,9	95,5	96,8	
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	111,4	113,1	113,4	113,5	113,7	113,3	112,8	112,1	111,4	
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	68,5	67,2	69,6	69,4	68,4	64,1	63,7	64,0	64,0	

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	Out/05	Nov/05	Dez/05	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Set/06	
Indústria geral	107,0	106,9	104,9	106,0	104,9	104,9	105,2	105,8	106,3	107,0	107,2	106,2	106,2	
Indústrias extrativas	73,7	72,4	71,1	74,7	72,0	73,8	73,8	73,7	76,1	75,6	75,8	76,0	75,8	
Indústria de transformação	107,5	107,4	105,4	106,4	105,3	105,3	105,6	106,2	106,7	107,4	107,6	106,6	106,6	
Alimentos e bebidas	149,5	151,9	151,0	149,3	148,2	149,5	148,6	148,7	149,1	150,9	150,3	148,0	150,1	
Fumo	88,5	90,8	87,6	202,2	109,1	310,2	411,0	414,9	219,6	97,2	87,1	85,4	85,4	
Têxtil	92,7	91,2	92,7	98,6	97,3	98,7	98,0	99,2	100,1	99,8	97,6	98,4	98,5	
Vestuário	139,1	139,6	133,9	131,7	131,5	133,3	132,2	131,0	131,1	132,6	133,9	130,5	129,1	
Calçados e couro	92,1	93,1	92,0	98,2	89,6	91,6	94,5	96,3	94,7	96,3	105,6	105,2	109,6	
Madeira	62,4	60,9	59,2	58,1	59,9	57,9	58,2	58,0	59,0	60,1	58,8	56,3	54,8	
Papel e gráfica	116,2	115,7	114,0	118,0	114,5	114,9	115,3	116,4	120,0	120,4	120,8	121,2	118,9	
Refino de petróleo e combustíveis	169,5	157,9	148,1	220,4	145,7	140,4	181,9	216,1	254,8	256,5	262,5	263,7	261,7	
Produtos químicos	84,0	83,4	81,4	91,0	87,7	87,7	92,0	91,1	88,2	90,1	91,4	93,4	97,1	
Borracha e plástico	94,6	94,5	90,7	91,0	91,2	90,0	91,0	90,8	90,2	88,6	93,1	92,0	92,5	
Minerais não-metálicos	117,6	116,3	114,3	113,6	115,5	115,0	114,5	113,7	112,6	111,9	111,3	113,9	114,3	
Metalurgia básica	80,5	79,6	75,7	73,8	75,1	76,3	77,3	74,9	73,8	73,4	72,1	70,6	70,3	
Produtos de metal ⁽¹⁾	103,8	102,0	100,4	102,2	101,4	103,2	102,5	104,1	102,6	104,5	102,7	101,2	97,9	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	132,3	131,4	130,0	125,5	130,2	128,8	123,0	123,6	123,7	124,5	124,4	125,3	126,2	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	98,4	97,8	94,2	93,9	95,1	94,9	94,0	93,5	94,3	93,1	93,3	93,2	94,1	
Fabricação de meios de transporte	111,2	111,9	112,0	112,5	112,6	112,4	111,7	113,0	113,0	113,0	112,6	112,7	111,3	
Fabricação de outros produtos	64,2	65,7	64,3	62,7	62,9	61,6	61,8	62,8	62,0	62,7	63,1	63,1	64,1	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2006

ANO	SETORES (número de vagas)						
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	Total
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
Janeiro	987	300	1 252	2 911	-2 251	1	3 200
Fevereiro	1 732	414	1 498	5 713	-210	-	9 147
Março	5 709	434	1 826	4 788	2 772	-	15 529
Abril	12 495	274	2 934	3 118	5 257	-	24 078
Maio	4 070	939	2 528	4 093	4 044	-	15 674
Junho	143	-16	2 038	3 856	929	-	6 950
Julho	251	23	1 856	2 424	76	1	4 631
Agosto	2 398	711	2 847	4 585	-222	-	10 319
Setembro	2 410	-16	2 599	1 512	-330	-	6 175
Outubro	-4 511	278	2 382	2 322	-1 445	1	-973
Novembro	-2 571	259	4 505	1 613	-4 332	1	-525
Dezembro	-8 278	-1 509	-1 082	-5 712	-5 250	-	-21 831
2006	36 020	7 692	16 517	35 942	9 080	-	105 251
Janeiro	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 864
Fevereiro	4 774	709	1 866	7 199	53	-	14 601
Março	5 113	243	-460	3 345	1 794	-	10 035
Abril	7 870	462	2 728	4 421	4 849	-	20 330
Maio	2 894	1 903	2 550	3 673	2 448	-	13 468
Junho	2 387	-366	-15	2 277	326	-	4 609
Julho	2 528	660	1 122	2 052	637	-	6 999
Agosto	1 896	609	1 677	3 446	-370	-	7 258
Setembro	3 162	856	3 007	3 483	-594	-	9 914
Outubro	2 864	536	3 823	4 145	-195	-	11 173

FONTE: CAGED - MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2002-2006

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002	
Dezembro	6,4
2003	
Janeiro	7,8
Fevereiro	9,0
Março	10,0
Abril	9,6
Maio	10,2
Junho	10,2
Julho	10,3
Agosto	8,4
Setembro	8,4
Outubro	8,5
Novembro	8,0
Dezembro	6,5
2004	
Janeiro	7,1
Fevereiro	7,5
Março	8,9
Abril	8,2
Maio	8,4
Junho	8,7
Julho	8,9
Agosto	8,2
Setembro	7,9
Outubro	8,4
Novembro	8,0
Dezembro	7,2
2005	
Janeiro	7,7
Fevereiro	8,7
Março	8,5
Abril	8,2
Maio	8,1
Junho	7,9
Julho	7,6
Agosto	7,6
Setembro	7,0
Outubro	6,5
Novembro	5,1
Dezembro	5,5
2006	
Janeiro	7,2
Fevereiro	7,9
Março	8,2
Abril	8,7
Maio	7,6
Junho	6,8
Julho	6,7
Agosto	6,4
Setembro	6,4

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2005

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Variação Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002	81 449	1,70	1 346 028	1,93
2003	99 000	5,20	1 556 182	0,54
2004	108 699	3,2	1 766 621	4,94
2005 ⁽²⁾	...	0,3	1 937 598	2,28

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Preços correntes.

(2) Estimativa, no caso do Paraná.